



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
CURSO DE PSICOLOGIA

**Subjetividade política no Brasil: um estudo com jovens
universitários**

LUCINÉIA RIBEIRO DE ABREU CHAVES

Brasília
Dezembro/2007

LUCINÉIA RIBEIRO DE ABREU CHAVES

**SUBJETIVIDADE POLÍTICA NO BRASIL: UM
ESTUDO COM JOVENS UNIVERSITÁRIOS**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília como requisito
básico para a obtenção do grau de
psicólogo da Faculdade de Ciências da
Saúde. Professor-orientador: Fernando
Luis González Rey

Brasília
Dezembro/2007



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
CURSO: PSICOLOGIA

Esta monografia foi aprovada pela comissão examinadora composta por:

A menção obtida foi:

Brasília
Dezembro/2007

Dedico este estudo aos meus queridos filhos
Larissa A. Chaves e Vítor A. Chaves.

AGRADECIMENTOS

A Deus e novamente a Deus por meus pais. A meu pai Ciro pelo apoio e confiança e pelos maravilhosos livros com os quais sempre me presenteou. A minha querida mãe Aracir pelo exemplo de força e perseverança. O meu muito obrigado, a ambos, pela forma como me educaram, me permitindo ser questionadora e livre.

A meus filhos, Larissa e Vítor pela compreensão, apoio e paciência e por serem a minha inspiração de vida. A meu marido pelo apoio e carinho de todos esses anos. A meus irmãos pelo carinho que sempre me dispensaram e pelas inúmeras risadas que demos juntos. A todos os autores que serviram de inspiração para esse trabalho.

A todos os meus professores, em especial a professora Magda Verçosa pela contribuição nesse trabalho e pela confiança nos tempos de monitoria. Ao professor Moacir Rodrigues por suas orientações e conhecimentos transmitidos. Ao querido professor Hiram Mário Valdés Casal (*in Memoriam*), pela dedicação, simpatia e sinceridade. Morgana pela disponibilidade e carinho. Aos professores Fernanda Pacheco, Juliana, Valéria Mori, Luciana Kind, Ângela Vorcaro e Rubens Nascimento pelo incentivo.

Ao meu querido professor orientador Dr. Fernando Luiz Gonzalez Rey que com descontração e simpatia transmitiu seu vasto conhecimento. Com muita propriedade ele desafiava minha capacidade ao mesmo tempo em que me deixava livre para experimentar, errar e acertar. Obrigada por sua paciência, sabedoria, compreensão e amizade que foram fundamentais para mim.

Aos amigos do estágio que muito me apoiaram e incentivaram. Aos clientes que me ajudaram a dar os primeiros passos como psicoterapeuta. Agradeço muito aos que participaram desse trabalho.

Aos colegas e amigos acadêmicos que muito me apoiaram; em especial, a Tatiana Sandim, Gisele Natividade, Fernando Negreiros, Larissa, Nana, Fernanda Lopes, Jair, Sr. Irineu, Mariinha, Jan, Alaides, Luis, Cristina e Rosa.

Agradeço o carinho dos amigos Lucinea Pedrosa, Átila e Cássia que mesmo estando distantes, muito me incentivam.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	ANTROPOLOGIA CULTURAL	09
2.1	Breve história da antropologia do Brasil	09
2.2	O que é política ?	16
2.3	Política e a configuração subjetiva do brasileiro	20
3	A RELAÇÃO PODER, CONSUMO E SERVIDÃO	25
3.1	O poder na sociedade contemporânea	25
3.2	O consumo e seus efeitos na passividade	29
4	EDUCAÇÃO, CIDADANIA E SUBJETIVIDADE POLÍTICA	34
4.1	Educação e cidadania no Brasil	34
4.2	Subjetividade política.....	39
5	METODOLOGIA	43
5.1	Pressupostos da pesquisa qualitativa	43
5.2	A construção de categorias e indicadores	44
5.3	Cenário de pesquisa	45
5.4	Escolha e descrição dos sujeitos	46
5.5	Instrumento de pesquisa	46
5.6	Interpretação das informações.....	48
6	CONSTRUÇÃO DAS INFORMAÇÕES	49
6.1	Sujeito 1	49
6.2	Sujeito 2	55
6.3	Sujeito 3	60
6.4	A configuração da expressão grupal	64
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
	REFERÊNCIAS	74
	APÊNDICE	82

RESUMO

Esse trabalho é uma introdução ao estudo dos aspectos subjetivos envolvidos na formação da visão política e social do universitário brasileiro. A preocupação com a passividade diante de tantos escândalos políticos e sociais foi somente um dos fatores que motivou para esse estudo. Outros fatores contribuíram; um deles é a forma como as pessoas escolhem seus líderes. Constatamos que somente há real preocupação com a escolha de uma liderança quando este está imbricado com o interesse financeiro; caso contrário essa escolha não segue nenhum outro critério lógico. O objetivo desse trabalho é refletir sobre como se deu essa alienação e quais seus reflexos sobre os universitários levando em consideração os aspectos da subjetividade individual e social envolvidas neste processo. Iniciamos com uma fundamentação teórica a respeito do contexto envolto à passividade do brasileiro em geral. Nesta passividade é que surge o distanciamento social existente entre as classes, o autoritarismo, o consumismo, o poder, a educação de baixa qualidade e uma mídia mantenedora desse processo em que não há lugar para a subjetividade. A metodologia utilizada é a da pesquisa qualitativa que permite a produção de sentido dado pela atuação de todos os participantes, exatamente porque parte do pressuposto de que todos são ativos no processo. Esta forma de pesquisa permite a construção de categorias e indicadores, essenciais no processo de construção do conhecimento considerando a complexidade da realidade. As considerações finais são descritas considerando as construções realizadas a partir dos relatos de cada sujeito participante desse estudo. Através desse cabedal de informações é possível evidenciar a subjetividade social e individual envolvida na construção dos elementos subjetivos participante dessa forma de estar na vida.

Palavras-Chave: Passividade. Subjetividade. Distanciamento social. Autoritarismo. Política. Alienação. Universitário.

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho é um primeiro intento de entender a dinâmica dos interesses e posicionamentos políticos dos jovens universitários brasileiros. O Brasil sempre foi apontado como um país possuidor de todas as condições para se tornar uma potência mundial (ALMEIDA, 2005), mas a realidade é que continua como sempre foi: um país de grandes contrastes sociais. Mesmo assim, a população não se mobiliza, parece estar cega, surda e muda diante de tantos escândalos e problemas sociais. Não há mais motivação para tentar alcançar metas e objetivos razoáveis e humanistas (KRUGER, 1996).

O estudo da passividade política na busca por elementos que constituem a subjetividade política do universitário brasileiro é desenvolvido nesse trabalho com base na teoria da subjetividade de Gonzalez Rey que possui uma visão de sujeito histórico-cultural em que suas ações são determinadas e determinam os cenários sociais em que atua. Toda experiência humana está constituída pelos mais variados elementos das mais diversas esferas da experiência. A integração, dessas experiências, exprime as diferentes formas simbólicas e emocionais tomadas pela atividade atual desenvolvida pelo sujeito; ou seja, seu sentido subjetivo. Analisar a passividade do brasileiro implica em retomar a história da própria colonização do Brasil. Porque essa não está isolada das experiências vividas nos mais de quinhentos anos de descobrimento. Assim como implicarão nas perspectivas existentes para os próximos quinhentos anos.

Para entender a passividade do brasileiro, uma vez que, “a verdadeira passividade reside na conformidade jocosa com o sistema” (BAUDRILLARD, 2003, p. 195), é necessário explorar a forma basicamente mercantilista de colonização instalada pelos portugueses. A partir desse entendimento, descrever a produção de sentido subjetivo, explícita e implícita, nos grupos sociais, ou seja, entender como as representações sociais e discursos dominantes participam na produção da subjetividade social.

Este trabalho tem por objetivo buscar os elementos subjetivos que constituem a visão política do brasileiro a partir do universitário; construir junto com um grupo de estudantes universitários, informações que permitam uma primeira aproximação ao estudo da política a partir da subjetividade destes; tentar compreender como o universitário tem pensado as questões políticas e sociais do Brasil e quais suas perspectivas para o futuro. Para esse estudo iniciamos com uma pesquisa bibliográfica, que se justifica por nossa visão de sujeito histórico cultural. Portanto, num primeiro capítulo buscamos esclarecer, num breve relato, como se

deram a constituição do povo brasileiro e sua configuração subjetiva. O segundo capítulo trata das relações com o poder, o consumo e a questão da servidão. Num terceiro capítulo se pretende mostrar a questão da educação e cidadania envolvendo o universitário; assim como delinear a subjetividade política.

Para iniciar um estudo sobre a política a partir da subjetividade - a representação dos brasileiros sobre as perspectivas políticas -, temos selecionado um grupo de alunos universitários de uma carreira de ciências sociais, não com a pretensão de fazer generalizações, mas para começar a elaborar um modelo teórico que nos permita continuar aprofundando nessa busca sobre os aspectos subjetivos do brasileiro perante os problemas políticos e sociais que vivem o país. Os procedimentos metodológicos, os instrumentos de pesquisa utilizados assim como os pressupostos da pesquisa qualitativa são o conteúdo do quarto capítulo. Assim como, a discussão dos resultados, fruto de uma reflexão a partir da epistemologia qualitativa e permeada pela pesquisa bibliográfica é o conteúdo do quinto capítulo. Em seguida apresentamos as considerações finais sobre o tema.

2 ANTROPOLOGIA CULTURAL

2.1 Breve história da antropologia do Brasil

No Brasil, desde o início da colonização, houve uma estratificação a partir de linhas raciais: no topo da pirâmide social ficaram os brancos, abaixo os mestiços e na base os negros (FREYRE, 2006). Os portugueses tinham somente o inimigo político; no mais, toda sorte de gente era bem vinda. Conforme Freyre (2006, p. 90), “os portugueses não trazem para o Brasil nem separatismos políticos, como os espanhóis para o domínio americano, nem divergências religiosas, como os ingleses e franceses para as suas colônias”. O Estado português detinha somente um rápido e pacífico interesse de povoamento da nova terra.

Houve uma forte influência da igreja na colonização. Os jesuítas impuseram aos indígenas uma nova moral sem antes lançar uma base o que muito contribuiu para a degradação da raça. O novo ritmo de vida alterou o metabolismo do índio levando-o ao sofrimento e morte. O colonizador, assim que aportou no Brasil já se colocou na posição de mando e havia um “gosto pelo mando violento ou perverso que explodia no branco quando no exercício de posição elevada, política ou de administração pública” (FREYRE, 2006, p.114). O povo nativo, e os negros africanos trazidos para a colônia foram colocados na posição de subalternos; além de que, o próprio sistema político das capitanias hereditárias e das sesmarias eram condições francamente feudais. Portanto, o “sadismo de senhor de engenho e o masoquismo de escravo têm-se feito sentir através da nossa formação, em outros campos como o social e a política”. A igreja queria fundar aqui uma “santa república de índios domesticados para Jesus” (FREYRE, 2006, p.85). Estes, sem nenhuma individualidade, nem autonomia pessoal ou de família. O mercantilismo que dominava o português, acostumado às ricas especiarias de suas outras colônias na Ásia e África, fez com que no Brasil, até mesmo as missões, tornassem-se verdadeiros armazéns de exportação. O índio era segregado e considerado apenas servo

[...] ou por deliberada orientação missionária, ou sob a pressão irresistível das circunstâncias, os padres tivessem adotado o processo de rigorosa segregação dos indígenas em aldeias e missões. Justificam-no os apologetas: a segregação teria visado unicamente subtrair os indígenas ‘à ação desmoralizadora dos relaxados cristãos’. Mas na verdade é que, segregando os missionários aos catecúmenos da vida social, o que sucedeu foi se artificializarem estes em uma população à parte da colonial; estranha às suas necessidades, aos seus interesses e aspirações; paralisada em crianças grandes; homens e mulheres incapazes de vida autônoma e de desenvolvimento normal (FREYRE, 2006, p. 224).

O colonizador português, apesar de contar com a população nativa para povoar a nova terra, tratou de estabelecer regras rígidas deixando claro sua superioridade sobre eles. Essa população, e mais tarde a de negros, foram alocadas inicialmente em espaços sociais delimitados rigidamente pelas forças dominadoras que estabeleceram o papel, o status e a função de cada uma no processo de trabalho. Foi estabelecido também seu nível de valorização social e étnica. Desde o início não houve uma distribuição social da população de forma horizontal, igualitária, mas sim verticalizada (FREYRE, 2006).

Segundo Freyre (2006), a formação social brasileira realmente se processa a partir de 1532. A família rural ou semi-rural foi sua unidade. Estas famílias eram constituídas por homens que se uniam com as mulheres nativas ou moças vindas de Portugal enviadas para esse fim. “[...] a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos, a do mando político: o oligarquismo ou nepotismo, que aqui madrugou” (FREYRE 2006, p. 271).

A visão portuguesa de colonização sempre foi de expropriação; enquanto nas colônias espanholas da América latina, no final do século XVII, já existia uma rede de 12 instituições implantadas de norte a sul do continente. No Brasil, apesar da vinda da corte portuguesa, a universidade é implantada apenas no século XX. “A universidade brasileira regional e ‘temporã’, além de tardia, nunca teve a centralidade das universidades ibero-americanas trazidas pelos colonizadores” (TRINDADE, 1999, p. 28). Para a Coroa portuguesa, o Brasil foi antes de tudo apenas uma fonte de renda (OLIVEIRA, 1985); o povo sempre esteve em segundo plano e por ser assim, a educação nunca foi prioridade. A oligarquia brasileira, herdeira do oligarquismo português, terminou por reproduzir esse *status quo*. O interesse particular sempre prevaleceu sobre o sentimento de nação; nem mesmo a monarquia fez nascer esse sentimento no ‘Brasil independente’. Com uma sociedade eminentemente agrícola, já dizia Rui Barbosa (1889, apud Furtado, 1999, p. 112) sobre a monarquia instalada no Brasil:

Em vez de organizar solidamente o crédito agrícola, proporcionando nele à indústria do solo os meios naturais de sua reconstituição, a monarquia, incuravelmente corruptora, preferiu constituir mecanismo passageiro, de fins notoriamente eleitorais, destinado a estimular os apetites da indigência, explorando a situação aflitiva da classe empobrecida, mediante um regime de empréstimos, que vinham dessangrar inutilmente o crédito publico, satisfazendo, quando muito, os credores da lavoura, sem fomentar o desenvolvimento da produção.

O Brasil, devido até mesmo a sua extensão continental, sempre possuiu grande diversidade regional, porém todas de alguma forma excludentes. A sociedade açucareira que surgiu no nordeste excluiu os camponeses livres, os artesãos e os pequenos comerciantes. Tratava-se de uma sociedade formada apenas por senhores, donos dos engenhos e, dos escravos. Já a sociedade amazônica, estava mais próxima da sociedade feudal, tinha a presença do índio e das ordens religiosas; nela o índio estava mais para a situação de servo que de escravo. Nas áreas pastoris do sul, assim como em algumas áreas do nordeste também surge a contribuição do indígena. Nessas áreas, a distância existente entre os senhores e os trabalhadores é menor. “Pela sua natureza, pela distância física, geográfica, entre o proprietário e o trabalhador, pela liberdade de movimentos inerente à atividade pastoril, as zonas de pecuária mostram, ao contrário das zonas agrícolas, uma sociedade muito mais próxima da sociedade feudal do que da sociedade escravista” (SODRÉ, 1990, p. 45), mesmo tendo negros africanos em seu meio. Mas é nas Minas Gerais que surge a sociedade mais complexa da fase colonial. Esta surge em torno da mineração onde o número de pessoas livres no trabalho sempre foi maior que o número de escravos. É nesse meio que surge o tropeiro assim como a classe média que estará presente no desenvolvimento urbano. Foi com a sociedade mineradora que se deu a passagem do escravismo a um outro tipo de relação; entretanto, “[...]o rótulo da cor permaneceu” (SODRÉ, 1990, p. 48).

A “cultura fornece os conhecimentos, valores e símbolos que orientam e guiam as vidas humanas” (MORIN, 2003, p. 48), mesmo hoje, já passados mais de quinhentos anos desde o descobrimento do Brasil; ainda há a necessidade de se chamar atenção para a perpetuação da falta de autonomia e iniciativa do povo. O país continua com uma grande diversidade regional, mas toda essa diversidade tem em comum uma elite manipuladora e, classes populares passivas e dóceis; como descrito por Freyre (2006 p. 454): “[...] da criança pervertida pelas condições sociais de sua formação entre escravos inermes; entre criaturas dóceis aos seus caprichos. Aquele mórbido deleite em ser mau com os inferiores e com os animais é bem nosso [...]”.

Tudo que se faz no Brasil é visando votos, reeleição ou o enriquecimento rápido. Trata-se de “um padrão de práticas corruptas que surgiu nos anos 80 [século XX] com a

criação, pelos políticos, de organizações visando acumular fortunas particulares mediante a manipulação da distribuição de recursos públicos” (ROSENN E DOWNES, 2000, p.49). Os governantes, em sua maioria, não vislumbram um futuro para o país; permanece a falta de sentimento de nação. A elite é uma minoria prestigiada e dominante no grupo (FERREIRA, 1986), constituída por uma gente tímida que não ousa, pois nunca precisou lutar pelo poder; seu maior medo é exatamente as forças populares, caso essa soubesse se organizar poderia tirar-lhe o poder das mãos.

A ideologia considera que a elite está no poder não só porque detém os meios de produção, os postos de autoridade e o Estado, mas porque possui ‘competência’ para detê-los. A elite detém o poder porque possui o ‘saber’. Esse saber permite a elite criar novos conhecimentos pelos quais aumenta seu próprio poderio, ou, como observa Michel Foucault, a elite cria os objetivos de poder. A elite, diz a ideologia, dominante, possui o monopólio do saber e do poder.(CHAUÍ, 1996, p. 29).

Historicamente, uma ideologia racial, sobrepujou a formação sócio-econômica do povo brasileiro - que se deu, como descreve Ribeiro (1995), do entrechoque do branco europeu português, do índio nativo e do escravo negro africano -, e legitimou esse sistema social no qual os menos favorecidos são destituídos de toda e qualquer propriedade, inclusive de suas vidas. Há no Brasil uma grande parte da população destituída de sua condição de sujeito, outra que se beneficia dessa situação, e entre esses está o Estado-objeto que, por sua condição de extensão da elite, existe para manter esta estrutura social.

A possibilidade de enriquecimento fácil, conforme já citado, por Rosenn e Downes (2000), por meio da corrupção, não considera o valor de nação. Populações inteiras são sacrificadas, vivendo em condições de total exclusão em prol do bem-estar de uma minoria que concentra uma alta renda¹. Isso se perpetua por meio de quase todas as decisões e transações dos governantes do Brasil. Um exemplo é as privatizações. Na década de 90, do século passado, o Estado brasileiro implementou as privatizações neoliberais em sua economia que pouco trouxeram benefícios para a classe menos favorecida. A repartilha do bem público estatal ocorreu sobre uma sombra de corrupção e interesses particulares.

¹ Observou-se que 40% das famílias com menos rendimentos (até R\$ 758,25) possuíam, em 2003, uma despesa per capita de aproximadamente R\$ 180,00, enquanto as 10% mais ricas (igual ou maior que R\$3.875,78) tinham despesa per capita de R\$ 1.800,00, ou seja, a distância média entre mais ricos e mais pobres era de 10 vezes (IBGE).

Até 1995 o Brasil havia privatizado somente no governo Collor e Itamar, 25 empresas, gerando um total de 7,22 bilhões de dólares. Deste total, apenas 8%, ou seja, 577 milhões de dólares foram pagos em moeda corrente. O restante equivalendo a 6,64 bilhões de dólares foi pago em títulos da dívida interna e externa do governo, as chamadas moedas “podres”, de baixo valor de mercado e que não representam a entrada de dinheiro novo nos cofres públicos (MAMELUQUE, 1995, p. 12).

Empresas estatais como a CSN², USIMINAS, AÇOMINAS, COPESUL, ACESITA e COSIPA foram privatizadas e deixaram “uma esteira de dúvidas principalmente quanto à legitimidade das operações que definiram a mudança dos seus controles acionários” (MAMELUQUE, 1995, p.12). Enquanto isso permanece a falta de moradia para a massa de trabalhadores e a péssima educação, que termina por disponibilizar um exército de reserva mal preparado e detentor de baixos salários. Para Rosenn e Downes (2000, p. 50), pode haver corrupção em qualquer sistema político; entretanto, tem alguns sistemas que “ampliam não só as vantagens da corrupção para os que estão envolvidos na política, mas também sua capacidade para praticar atos corruptos no exercício de cargos públicos”.

Afirma Carnoy (2004, p. 117), em seus estudos sobre as idéias de Gramsci, que esse acreditava na capacidade criadora das massas; acreditava ser a consciência a “fonte de poder para o proletariado, por situar o Estado e os meios de produção, assim como a falta de consciência é a principal razão pela qual a burguesia permanece em sua posição dominante”. Por isso, afirma Touraine (2007) que a inferioridade assumiu diversas faces, entre elas os operários e as mulheres e essa condição foi internalizada pelo povo e impactou suas vidas em todos os setores. Afinal, ao ser colonizado, foi instalado no Brasil, um “[...] novo modelo de estruturação societária, que inaugurou uma forma singular de organização sócio-econômica” (RIBEIRO, 1995, p.19), que se perpetua ainda em nossos dias.

Carnoy (2004, p. 79), afirma que para Lênin e Marx “o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de opressão de uma classe por outra; é a criação da ordem que legaliza e perpetua essa opressão [...]”. É evidente a semelhança com o Estado brasileiro que legitima e torna possível a dominação das classes dominantes sobre as populares. “O povo-massa sofrido e perplexo, vê a ordem social como um sistema sagrado que privilegia uma minoria contemplada por Deus, qual tudo é consentido e concedido. Inclusive o dom de serem, às vezes, dadivosos, mas sempre frios e perversos e, invariavelmente, imprevisíveis” (RIBEIRO, 1995, p. 24). Logo, a ordem social é imutável. O povo-massa sente que deve, “[...] permanecer na profissão e na posição em que Deus originalmente o colocara, e a sua aspiração deve manter-se dentro dos limites dessa sua condição de vida” (WEBER, 1989, p.

² CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

57). Dessa forma, a religião é utilizada preponderantemente para encobrir e disfarçar as desigualdades sociais; forma de fugir da situação concreta e também da história. Na verdade, o elemento religioso passa a permear todas as relações do indivíduo; passa a encher-lhes a vida não deixando tempo para perceberem as questões sociais. Há um assujeitamento total do indivíduo ao religioso que perpetua também à frente do poder político (ROLIM, 1980).

[...] a relação entre a relação social de produção e o fator religioso parece geralmente se realizar pela mediação da relação política. De fato, é quando o poder político deixa de ser coletivo para centrar-se em uma só pessoa que passa a ser lido religiosamente, na medida em que, naturalmente, a reciprocidade dos serviços desaparece da representação. (HOUTART, 1982, p. 94)

As representações religiosas possuem a função de revestir de valor moral as práticas sociais do modo de produção capitalista. Elas justificam e tornam hegemônicas as práticas sócio-econômicas. “As representações religiosas servem para a função social de hegemonia justamente porque agem sobre as vontades e levam os indivíduos e grupos a encararem as práticas sociais a eles impostas como atos voluntários” (OLIVEIRA, 1985, p. 320). A questão da religião está presente também em relação à configuração subjetiva da vitimização do brasileiro. Não podemos esquecer “que vivemos numa sociedade judaico-cristã: a figura central da nossa civilização é o cristo, ou seja, o crucificado, portanto uma vítima. O cristianismo colocou o paria, o fraco, a vítima, no centro da sociedade” (BRUCKNER, 1996, p. 58). Ainda conforme esse autor, o marxismo elogiava os trabalhadores não por serem pobres ou vítimas, mas por serem capazes de mudar o *status quo*.

Uma vez, falando de dominação de classes e opressão social, chamo a atenção para a questão da falta de consciência política demonstrada pela maioria da população brasileira. Trata-se de uma massa populacional excluída e apática. A exclusão sociocultural ocorrida no Brasil é ampla e indiscriminada (HARDMAN, 2002). Grande parcela da classe trabalhadora está excluída do convívio com os ditos ‘civilizados’ - aqueles de maior poder aquisitivo -; vivem à margem, no mercado informal³. “Especialmente a partir de 1930, o mercado de trabalho brasileiro e as questões do subemprego ou da informalidade só podem ser entendidos como resultados da própria construção da noção de formalidade, que, por sua vez, está associada às noções de cidadania e de direito social” (NORONHA, 2003, p. 113). Há, no Brasil, uma exclusão do próprio direito de vida. Além da desigualdade social, o brasileiro convive com os altos índices de desemprego o que força o crescimento do mercado informal,

³ “No Brasil, o entendimento popular de trabalho formal ou informal deriva da ordem jurídica. São informais os empregados que não possuem carteira de trabalho assinada”. (Noronha, 2003, p. 112)

onde não há nenhum direito social assegurado. Estima-se que “a participação do setor informal no Brasil como algo em torno de 45% da economia nacional, segundo projeções de pesquisa⁴ [...]. O grau de informalidade das relações trabalhistas brasileiras é alarmante: um em cada quatro trabalhadores urbanos não tem carteira assinada, isto se considerado somente o setor visível da economia”. (ZEBRAL FILHO, 1997, p. 57)

A segregação e o confinamento das classes sociais mais baixas não é exclusividade brasileira. “A segregação e o confinamento do proletariado pela sociedade industrial foi um fato que acompanhou os primeiros passos da expansão da ordem dominante burguesa na Europa” (HARDMAN, 2002, p. 54). Porém, no Brasil a segregação existente é velada; o país vende uma imagem de terra encantada não assumindo as terríveis consequências da enorme desigualdade social existente. Segundo Ribeiro (1995, p. 23),

subjacente à uniformidade cultural brasileira, esconde-se uma profunda distância social, gerada pelo tipo de estratificação que o próprio processo de formação nacional produziu. O antagonismo classista que corresponde a toda estratificação social aqui se exacerba, para opor uma estreitíssima camada privilegiada ao grosso da população, fazendo as distâncias sociais mais intransponíveis que as diferenças raciais.

Há, no brasileiro, uma prontidão em culpar o Estado pelo caos social e político instalado no país como se todos não fosse parte disso; como se não possuísse o poder para eleger seus representantes na esfera pública governamental. Essa realidade evidencia a questão da passividade e as revoluções internas feitas pelo brasileiro, que não se sentindo no direito de cobrar e reclamar abertamente faz isso internamente e de forma não consciente. É possível perceber sua fadiga física e apatia, devido a grande energia psíquica desprendida em suas implosões. A fadiga é “uma contestação lavada, que se volta contra si mesma e se encrava no próprio corpo, já que em certas condições é a única coisa a que o indivíduo desapossado consegue prender-se” (BAUDRILLARD, 2003, p. 195). Ainda conforme esse autor, diante de tanta adversidade, o indivíduo desintegra-se. A sociedade brasileira está desintegrada e, desorientada em meio ao imenso mar de adversidades; porém está nadando cada um isoladamente e sem rumo, alcançando, com essa atitude, somente a fadiga.

A sociedade brasileira conheceu a cidadania unicamente através do senhor-cidadão, e conserva a cidadania como privilégio de classe, fazendo-a ser uma concessão da classe dominante; esta tem o poder de conceder, assim como de retirar não somente a cidadania, mas todos os direitos (CHAUÍ, 1996). Age assim com a onipotência de um deus, e dessa forma mantêm a maioria da população desalojada de sua posição de sujeito.

⁴ Pesquisa Nacional sobre Economia Informal: PNEI/IBGE 1996/1997 – conhecer e atuar (IBASE/SEBRAE)

O Brasil é uma sociedade na qual as leis sempre foram armas para preservar privilégios e o melhor instrumento para a repressão e a opressão, jamais definindo direitos e deveres. No caso das camadas populares, os direitos são sempre apresentados como concessão e outorga feita pelo Estado, dependendo da vontade pessoal ou do arbítrio do governante (CHAUÍ, 1996, p. 54).

A complexidade da vida social permite que diversas questões sociais sejam discutidas nesse estudo, porém nosso principal foco é nos aproximar da compreensão de alguns elementos da configuração subjetiva da política para o estudante brasileiro. Toda experiência humana está constituída pelos mais variados elementos do sentido subjetivo oriundos das diversas esferas da experiência. A integração, dessas experiências, indica o sentido subjetivo atual desenvolvido pelo sujeito que, no caso do brasileiro, tem se traduzido em uma grande passividade. A passividade, questões relacionadas à política, liderança e poder precisam ser discutidas com os universitários para que assim eles se tornem participantes do processo desenvolvimentista do país.

2.2 O que é política?

Para Aristóteles (1999), o homem é um ser essencialmente político. Para sua sobrevivência depende dos outros e por isso vive em sociedade. Já segundo Russell (1977), o homem é um ser semigregário, possuindo aspectos sociais e solitários. Sendo assim, é mais complexo que qualquer outro animal; é dessa complexidade que surgem suas dificuldades.

O aspecto social de sua natureza manifesta-se no fato de que o confinamento solitário é a mais severa forma de castigo, o outro aspecto mostra-se no amor à privacidade e indisposição de falar com estranhos.[...] É pelo fato de não sermos completamente sociais que temos necessidade de ética para sugerir propósitos, e códigos morais para inculcar normas de ação (RUSSELL, 1977, p. 14).

“A política é uma referência permanente em todas as dimensões do nosso cotidiano na medida em que se desenvolve como vida em sociedade” (MAAR, 1994, p. 16). Em Maquiavel a política passa a ser a ‘arte do possível’⁵ (CHALITA, 1998). Viver em sociedade e, manter todos com igual liberdade implica em ceder, em reivindicar, em ponderar enfim, implica em uma posição de sujeito crítico ou então em se submeter ao outro. Esse autor considera que o

⁵ A política é a arte do possível – esta frase é do celebre Otto von Bismarch conhecido como o “chanceler de ferro”. Seu maior feito político foi obter e consolidar a unificação alemã, na segunda metade do século XIX. (Barsa, v. 2 p. 501)

pensamento de Maquiavel funda a ciência política e elabora uma doutrina sobre a formação dos Estados modernos; assim como é quem constrói um conceito laico de poder, ou seja, secular, sem o elemento religioso. Foi o primeiro a considerar a política de maneira científica, crítica e experimental e quando ressalta a transitoriedade do poder, ressalta que qualquer pessoa pode chegar a obtê-lo.

Nesse sentido, pode-se afirmar que Maquiavel abre para o que está posto atualmente; uma sociedade, em princípio, calculista, materialista e mecanicista (WEIL, 1956 apud CALVEZ, 1997). Na interpretação de Chalita (1998), Maquiavel mesmo sendo sensível a questão da liberdade, considera que a honra e a audácia são, para o homem, das virtudes as mais importantes; o que, para mim, não significa que há, nessa expressão algo que ratifique as ações ocorridas na sociedade atual, em prol de obter o poder. Para Mosca (1968), Maquiavel escreve com intenções positivas, inclusive enumerando diversas virtudes e vícios de que é capaz a natureza humana.

O sentido da política é a liberdade (ARENDT, 2002), e é o sentido uma construção social, um empreendimento coletivo a partir do qual as pessoas lidam com o cotidiano (SPINK; MEDRADO, 2000). Mas sendo assim, a política somente tem um sentido de liberdade se visar a igualdade entre os homens. Para que isso ocorra é necessário primeiro que o Estado considere todos os indivíduos como sujeitos. Segundo Mosca (1968, p. 47), em um dos discursos de Platão ele afirma que “[...] o fim verdadeiro que devem perseguir os políticos não deve ser somente o de engrandecer o Estado nem torná-lo mais rico ou mais poderoso, mas antes o de tornar os cidadãos mais felizes e moralmente melhores”. Interessante como ao mesmo tempo em que aspira por liberdade e por autonomia, sendo inclusive o único ser que possui o dom da palavra (ARITÓTELES, 1999), é o homem dependente do outro para sobreviver e para firmar sua singularidade. É o homem um ser social e político por natureza e como tal busca a liberdade e a espontaneidade.

A liberdade de externar opinião, o direito de ouvir opiniões de outros e de também ser ouvido, que para nós constitui também parte indispensável da liberdade política, suplantou a liberdade não tem contradição com ela, mas que possui uma natureza bem diferente, característica do agir e do falar, desde que seja uma ação. Essa liberdade consiste naquilo que chamamos de espontaneidade que, segundo Kant, se baseia no fato de cada homem ser capaz de começar uma série de novo por si mesmo. O fato de que liberdade de agir é equivalente a estabelecer-um-início-e-começar-alguma-coisa é ilustrado, da melhor maneira dentro do âmbito político grego, porque a palavra *archein*⁶ tanto significa começar como dominar (ARENDT, 2002, p. 57).

⁶ Termo Grego que também significa governar.

O homem constitui o social assim como é constituído por ele. É, o mesmo tempo, singular, único e social; o que também o faz semelhante a todos. Para Gonzalez Rey (2005a, p. 224), o social “atua como elemento produtor de sentido partindo do lugar do sujeito em seu sistema de relações e da historia desse próprio sujeito, que também não representa uma estrutura interna passiva, definitiva de seus comportamentos atuais, e sim uma configuração geradora de sentidos que [...]” não pode ser isolada da historia de vida do sujeito. Exatamente por isso que concordo com a afirmação de Chauí (2003, p. 254), “[...] um corpo político é mais livre do que outro quando nele os cidadãos correm menos risco da opressão porque sua autonomia é tanto maior quanto maior o poder da república. Conseqüentemente, quanto mais livre for uma república, menor será seu risco de ser oprimida por outra”.

O sentido do termo política tem se modificado ao longo da história, mas para Arandt (2002) política e liberdade são em sua essência coisas idênticas e, sempre onde não existir a liberdade, tampouco pode existir o espaço político no seu verdadeiro sentido. A política pode representar a liberdade ou a autolimitação.

A arte da política, se for democrática, é a arte de desmontar os limites à liberdade dos cidadãos; mas é também a arte da autolimitação: a de libertar os indivíduos para capacitá-los a traçar, individual e coletivamente, seus próprios limites individuais e coletivos. Esta segunda característica foi praticamente perdida. Todos os limites estão fora dos limites. Qualquer tentativa de autolimitação é considerada o primeiro passo no caminho que leva direto ao gulag⁷, como se não houvesse nada além da opção entre a ditadura do mercado e a do governo sobre as nossas necessidades – como se não houvesse lugar para a cidadania fora do consumismo (BAUMAN, 2000, p. 12).

“A política seria uma construção, uma fabricação com fins pressupostos no sentido de que aquilo que não mostramos aparece: o ‘reconhecimento’ fundamental que transpõe a violência” (CALVEZ, 1997, p. 20). Violência sim, porque, para esse autor, a sociedade política jamais se apresenta totalmente apaziguada; os interesses de um grupo sempre tenderão a sobrepujar o de outros. Uma vez que o Estado - que é a sociedade política -, se transforma em um instrumento de dominação de classes, a política, derivada da ‘polis’, perde totalmente seu sentido de liberdade e coletividade. Ao homem individual interessa somente

⁷ Campos de concentração de trabalho forçado para criminosos e presos políticos de Stalin. Estes se tornaram símbolos de repressão da ditadura de Stalin.

saber quem é o detentor do poder, como nos tornamos chefes, como exercemos esse poder, como alguns o obedecem ou resistem a ele, e como esse poder se organiza em sua pluralidade... Mas nunca nos indagamos sobre a origem ou a gênese desse tipo de substância, que é tomada, por assim dizer, sem uma explicação. Conseqüentemente, falta nessa perspectiva uma referência real a noções tais como a de comunidade política e seu bem comum: o que seria uma finalidade, um fim, para o poder e para os que o detêm. Tampouco encontramos alguma coisa sobre sua origem... Preferimos continuar agnósticos a esse respeito. Pouco importa, supõe-se, a finalidade ou a origem, desde que o poder exista realmente – a orientação de um grupo para um fim determinado por quem o detém (CALVREZ, 1997, p. 7).

Ao longo da história a política foi englobando novos sentidos subjetivos. No Brasil, “política passou a designar uma rotina de desfaçatez que é a manifestação mais patente de outro traço da duplicidade ética [...]” (DAMATTA, 2007, p. 79). O sentido político passou a ser, principalmente, a dominação de uns pelos outros; o mais forte dominando o mais fraco. E a espontaneidade do homem foi exterminada assim como sua real liberdade de expressão.

O que a política significa aqui e agora é resultado de um longo processo histórico, durante o qual ela se firmou como atividade na vida social dos homens. Seguindo as pegadas deste trajeto é possível perceber as mudanças na sua concepção, privilegiando ora um, ora outro de seus aspectos, de acordo com cada situação (MAAR, 1994, p. 28).

Assim sendo, diante da história antropológica da política brasileira podemos verificar que de fato o sentido que esta tem hoje é resultado do processo histórico vivido pelo brasileiro.

Evidentemente a política tem a ver com a possibilidade de conciliar cidadania, participação e direitos individuais com uma ordem social facilitadora de desenvolvimento para os diferentes segmentos e grupos de uma população. Mas, a política no capitalismo não corresponde a um ideal de justiça, e sim a interesses de grupos que detêm o poder, que precisamente chegam a esse poder por responder a outros grupos ainda mais poderosos social e economicamente. Mesmo assim, o capitalismo não é um fenômeno hegemônico, ele se organiza sócio-politicamente através de outros processos da subjetividade social e da história, assim, por exemplo, no Brasil ele expressa o coronelismo, a impunidade, a impunidade da oligarquia, a exclusão da história da senzala, o racismo e a intolerância, fenômenos todos eles que se associam a corrupção e falta de princípios de uma organização mais politiqueria do que política.

É possível mudar o curso dessa história; basta que nos tornemos agentes sociais, participantes dos processos decisórios. Os indivíduos são sujeitos quando influenciam e são influenciados pelo social; quando estão somente influenciados estão dominados. Sujeito “é a afirmação da liberdade e da capacidade dos seres humanos de criar-se e de transformar-se

individual e coletivamente. A subjetivação, ou seja, a criação do sujeito, não pode jamais ser confundida com a sujeição do indivíduo e da categoria” (TOURAINÉ, 2007, p. 7). O Estado é um instrumento da sociedade e, por isso, transitório e subordinado a ela (BOBBIO, 1999); cidadania implica nesse reconhecimento; na posse de seu lugar como parte da sociedade e de suas responsabilidades. Transformar a sociedade deve estar entre os objetivos de cada cidadão.

2.3 Política e configuração subjetiva do brasileiro

No Brasil as mudanças ocorridas, ao longo da história, no sentido da política, têm sua origem na própria história do país. Uma história marcada por um sistema hierárquico de relações sociais, cuja desigualdade entre as pessoas e os grupos sociais, é um dado estrutural. Também sabemos que, historicamente, da casa grande saíram os autoritários governantes e das senzalas, saiu submissa, a grande maioria da população (MEDEIROS, 1984). Isso contribuiu para que, a palavra ‘política’ passasse a designar um jogo amoral no qual a igualdade é suplantada “por pessoas que, desdenhando da lei, passam a controlá-las em vez de zelar por elas” (DAMATTA, 2007, p. 76).

A hierarquia como parte das relações sociais é algo que faz parte da subjetividade do brasileiro, e é a partir dessa concepção, que são definidos, seus papéis na sociedade. Esta por sua vez é constituída por processos estruturados, conforme se dão às relações sociais entre seus agentes coletivos. Srouf (1990), afirma que por sua vez, as relações sociais, dependem do modo como os agentes coletivos produzem e reproduzem suas condições de existência. Essa forma delimitada pelo social de apreender o mundo é designada como representação social. Estas “nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva” (JODELET, 2001, p. 17). A representação social é igualar a imagem à idéia e, a idéia a imagem; deve ser vista como a nossa maneira peculiar de compreender e comunicar o que sabemos, “ocupam, com efeito, uma posição curiosa, em algum ponto entre conceitos, que têm como seu objetivo abstrair sentido do mundo de uma forma significativa” (MOSCOVICI, 2003, p. 46).

O estabelecimento de papéis, a serem desempenhados, leva à sua cristalização, permitindo que esses sejam vistos como tendo uma realidade própria, exterior aos indivíduos.

Tais papéis fundamentam a distribuição e divisão social (LANE, 1984). A autora ainda ressalta que quanto mais solidificados e definidos forem os papéis sociais; mais eficiente será o controle da sociedade sobre os indivíduos, que passam a apreender o mundo a partir dos papéis desempenhados. Assim como também a partir dos papéis desempenhados os indivíduos têm seus lugares determinados na sociedade. A consciência de pertencer a uma classe social se processa transformando tanto as ações do indivíduo como a ele mesmo (LANE, 1984). Essa organização dos processos sociais contribui para a representação de homem obediente e submisso que há em cada brasileiro.

A história do povo brasileiro explica sua falta de atitude frente aos acontecimentos que assolam o país em que “a fadiga surge como atividade e como revolta latente, endêmica, inconsciente de si mesma” (BAUDRILLARD, 2003, p. 195). Apesar de alguns envolvimento das massas no processo político; estes nunca se traduziram em organizações efetivamente participantes e conscientes de seu papel na política. Há hoje “[...] uma massa de jovens, uma massa de classe média, uma massa de trabalhadores com poucas possibilidades de definir seu próprio destino e de realizar uma transformação pela raiz daquilo que foi uma tradição sistematicamente autoritária” (TAVARES, 1984, p. 31). Em um nível psicológico

o conceito de autoritarismo é o equivalente ao conceito sociológico de etnocentrismo. [...] A personalidade autoritária caracteriza-se pelo julgamento negativo do grupo estranho; tende a atribuir a este todas as más qualidades, enquanto as boas são atribuídas ao próprio grupo. (LEITE, 1992, p. 22)

Nem mesmo acontecimentos como o desastre aéreo da TAM⁸, MENSALAO⁹, VALERIODUTO¹⁰, estão sendo capazes de gerar tensão no brasileiro a ponto desse fazer modificações em seus processos de representação. Como afirma Gonzalez Rey (2005a, p. 219),

é precisamente essa complexidade do meio social dentro da qual o sujeito se encontra que define que tanto um momento social concreto esteja atravessado por elementos de sentido de outros contextos da vida social, formando uma configuração específica da subjetividade social nesse contexto de atuação do sujeito concreto, como que aspectos de sentido procedentes de outros momentos da história do sujeito apareçam como elementos da configuração subjetiva da sua atuação presente.

⁸ Pior acidente aéreo da história da aviação brasileira. Ocorrido em 17 de Julho de 2007. Um Airbus A320 da empresa aérea TAM se chocou contra um prédio dessa mesma empresa causando a morte de 199 pessoas.

⁹ O mais grave escândalo político ocorrido no governo Lula até o momento. Envolveu diversos políticos do PT e foi chefiado pelo ex-ministro José Dirceu.

¹⁰ Escândalo político ocorrido durante o governo Lula que envolveu diversos políticos e muito dinheiro público.

Estamos falando de um indivíduo cujas representações e consciência de si e do outro não se encontram com as determinações concretas que as produzem. Há sempre dois níveis operando: o da vivência subjetiva, marcada pela verdade do indivíduo, onde cada um se representa como livre, capaz de se autodeterminar, ‘consciente’ de sua própria ação e representação; e a da realidade objetiva, onde as ações e interações estão sempre sob o controle social (LANE, 1984). É importante assinalar que assim se dá a formação da identidade pessoal. Para Martín Baró (1989, apud GONZALEZ REY, 2005a, p. 201) “a identidade pessoal é ao mesmo tempo produto da sociedade e produto da ação do próprio indivíduo”. Portanto, é o sujeito algo inseparável de seus contextos sociais. O sujeito histórico-cultural está num processo permanente de transformação da subjetividade que ocorre simultaneamente num nível individual e social. Nesse sentido

[...] a relação entre subjetividade social, sujeito e personalidade representa um processo permanente do desenvolvimento da subjetividade como sistema, que tem conseqüências diferentes pra cada uma destas instâncias que a constituem, as quais se interpenetram entre si de forma constante, representando cada uma delas momentos constituintes das restantes em diferentes contextos e conjunturas do desenvolvimento desses sistemas (GONZALEZ REY, 2005a, p.261).

O conceito de subjetividade social em Gonzalez Rey (2005a, p. 202), não está associado “somente às experiências atuais de um sujeito ou instância social, mas à forma em que uma experiência atual adquire sentido e significação dentro da constituição subjetiva da história do agente de significação, que pode ser tanto social como individual”. A partir da subjetividade social, os processos a nível social não são mais desvinculados dos sujeitos que compõem esse social; mas passam a constituí-lo, seja para contribuir para o seu desenvolvimento ou para reprimí-lo e, a ação ocorrida no indivíduo vai permear todos os grupos sociais dos quais ele faz parte. Por exemplo, as ações de um aluno interagindo no espaço escolar possuem elementos de sentidos subjetivos oriundos de sua “posição sócio-econômica, de raça, costumes, familiares, etc. que se integram com os elementos imediatos dos processos sociais atuais da escola” (GONZALEZ REY, 2005a, p. 203).

É o sujeito um ser que atua, ele “é a expressão da flexibilidade da consciência crítica” (GONZALEZ REY, 2005a, p. 234). É importante que a psicologia entenda a importância da categoria sujeito e que os fenômenos da subjetividade se constituem dentro do contexto social.

O indivíduo, na qualidade de sujeito, define cada vez maiores responsabilidades dentro dos diferentes espaços de sua experiência social, gerando novas zonas de significação e realização de sua experiência pessoal. A condição de sujeito é essencial no processo de ruptura dos limites imediatos que o contexto social parece impor, e é responsável pelos espaços em que a pessoa vai modificando esses limites e gerando novas opções dentro da trama social em que atua (GONZALEZ REY, 2005a, p. 237).

Nesse mundo globalizado, em que as informações chegam tão rapidamente, é fundamental a condição de sujeito. Porque muitas vezes em nome da inserção do país “na nova modernidade e no mercado global são estabelecidas regras que acabam por constituir um conjunto irrecusável de prescrições. Isso equivale, [...] a uma abdicação da possibilidade de efetuar uma verdadeira política nacional [...]” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 255). Somente sujeitos críticos e com autonomia conseguiriam, nesta era da incerteza e descontinuidade assumir os riscos de conduzir o país, de forma correta nesse mundo globalizado. Para Bauman (2000, p. 176), na era da incerteza os instrumentos usados para controle do indivíduo é exatamente a incapacidade destes de agirem de “modo concertado; incapacidade que se torna ainda mais profunda pela descrença deles de que qualquer ação” possa ser eficiente. Grande parte da população brasileira, diante de tal gama de incertezas, perdeu totalmente o nível das vivências subjetivas; ficando apenas no nível da realidade objetiva, ou seja, em um estado de alienação e passividade; ao invés de aproveitar a tensão para gerar mudanças em si e na sociedade.

A ansiedade é uma força notavelmente complexa, pois leva consigo um curioso relacionamento, tanto com a mudança pessoal quanto com a social. Embora possa ser incitada por uma mudança social externa, a ansiedade também estimula a mudança psicológica e cognitiva interna, levando-nos a pensar em novos caminhos e a expandir nossa identidade de acordo com eles (LIPMAN-BLUMEN, 2001, p. 148).

“A era da incerteza deixa cruelmente exposta nossa vulnerabilidade aos maus líderes” (LIPMAN-BLUMEN, 2001, p. 145). Elege-se qualquer um que diga estar apto a lidar com o que não somos capazes. Ao tomar atitudes como essa deixamos de ser sujeitos e nos tornamos assujeitados. É mais fácil transferir uma incumbência a alguém do que aceitá-la e assim ter que enfrentar a ansiedade disparada com ela (LIPMAN-BLUMEN, 2001). Ser sujeito implica em participação, uma vez que o sujeito está sempre situado em uma região da prática social (GONZALEZ REY, 2005a).

A sociedade autônoma admite abertamente a mortalidade inerente a todas as suas criações e tentativas de extrair dessa fragilidade fatal a chance da contínua autotransformação e também, quem sabe, do autodesenvolvimento. A autonomia ou independência é um esforço conjunto e concertado para reformular a mortalidade de maldição em benção [...]. Ou, se quiserem, a tentativa audaciosa de usar a mortalidade das instituições humanas no convite à perene viabilidade da sociedade humana (BAUMAN, 2000, p. 87).

O Brasil é um país constituído de um sistema hierárquico de relações sociais que dificulta grandes revoluções visando mudanças no *status quo*. A classe dominante não aspira poder político, já o possui; muito menos deseja alguma alteração na estrutura social existente uma vez que esta é exatamente o que lhe proporciona prestígio e prosperidade (RIBEIRO, 1978). As massas marginalizadas não possuem consciência dessa condição, “sua visão de si é a de uma pobre gente que vegeta em um mundo discricionário onde um Deus arbitrário luta contra demônios que não podem ser domados” (RIBEIRO, 1978, p. 97).

A classe média seria aquela com maior potencial para efetivar mudanças na estrutura social brasileira. Isso por sua condição “de força de trabalho básica do sistema produtivo” (RIBEIRO, 1978, p. 97) e, por ser o principal “contingente politicamente autônomo das populações urbanas, o que lhes confere influência e peso eleitoral em um regime democrático” (RIBEIRO, 1978, p. 97). Entretanto, exatamente por não possuir um grau elevado de politização, suas aspirações também são pequenas, abrangendo apenas a manutenção de seu *status quo*; e ainda “contribui para isso sua posição de classe intersticial que tem abaixo de si o imenso bolsão dos marginalizados, vivendo em condições muito mais precárias nas quais teme cair por desclassamento” (RIBEIRO, 1978, p. 97).

3 A RELAÇÃO ENTRE PODER, CONSUMO E SERVIDÃO

3.1 O poder na sociedade contemporânea

Os homens em sua maioria, são governados pela autoridade e não pela razão.
(Hume, 1999)

As ações do sujeito individual são uma produção social (GONZALEZ REY, 2005a). Portanto, ao se fazer, mesmo que uma breve análise da dinâmica do brasileiro na sociedade contemporânea, faz-se necessário, abordar questões políticas e culturais. É a cultura uma produção simbólica que organiza as formas de relações existentes entre os homens; um dos elementos fundamentais na construção da sociedade, assim como em sua reprodução ou transformação. Houtart (2002, p. 75), define a cultura “como o conjunto das representações que os seres humanos fazem da realidade, tanto das suas relações com a natureza, quanto das suas relações sociais [...]”.

A política é uma força que mantém a segurança externa e a unidade interna (LEBRUN, 1999). Para esse autor, possuir essa força, não significa necessariamente meios violentos de coerção; significa ser dono de meios para influenciar o comportamento das pessoas. Ou seja, essa força é um sinônimo de poder. A questão do poder não poderia ser deixada de fora uma vez que permeia todas as ações e intenções do homem. O poder se exterioriza por quatro formas: inteligência ou conhecimentos; meios econômicos ou técnicos a disposição; riqueza interna e à coesão da pessoa ou ainda, mediante uma força religiosa que é experimentada pelas outras pessoas como uma possessão divina (SPRANGER, 1976). Apesar do poder, segundo esse autor, somente se exteriorizar por uma dessas quatro formas, está presente em todas as nossas relações sociais. Nas relações familiares; de trabalho, onde o empregado se submete aos horários, salário e metas para assim ser produtivo e manter-se empregado e, até mesmo ao consumir; sem os meios para pagar, não podemos comprar o que desejamos. Mesmo o nosso desejo, e principalmente o nosso desejo, está subordinado ao poder dominante; desejamos consumir algo pela forma como esse é anunciado e não porque ele é uma necessidade real. Aliás, a liberdade intelectual hoje significaria exatamente a “restauração do pensamento individual, ora absorvido pela comunicação e doutrinação em

massa, abolição da opinião pública juntamente com os seus forjadores” (MARCUSE, 1969, p.26).

A coletividade deveria ser a constituinte do poder (GUIMARÃES, 2000). O poder é domínio exercido num determinado tempo e espaço. Vive-se uma busca interminável por poder sendo que há, por trás disso, uma busca por dominação; é o que afirma Lebrun (1999), ao analisar Weber que chama poder de *Herrschaft* (*Herr* = *dominus* = senhor). Ainda conforme esse autor, para Weber a dominação é “a probabilidade de que uma ordem com um determinado conteúdo específico seja seguida por um dado grupo de pessoas” (LEBRUN, 1999, p. 13). Porém, nem todo o poder é nefasto; depende de seu sentido subjetivo. O poder só existe porque vivemos em sociedade. Assim é necessário que seja delegado autoridade a um grupo que vai decidir pelo coletivo – o Estado. Entretanto, para Hume (1740, apud Lebrun, 1999, grifo nosso), é perfeitamente possível que os homens, **por um tempo**, vivam em sociedade, sem a intervenção de um governo. Mas, assim como se mostrou impossível uma sociedade, com a complexidade das existentes, viverem sem uma autoridade política, também se mostrou impossível uma autoridade política que se contentasse em existir apenas para conciliar as diferentes opiniões do social.

No Brasil, o Estado apenas existe para defender a classe dominante contra uma maioria excluída. Por aqui, onde o interesse particular prevaleceu sobre o sentimento de nação e onde legitimou um sistema social no qual os menos favorecidos são destituídos de quase tudo, passando a possuir apenas uma subvida; o poder sempre foi exercido, escancaradamente, de forma opressora. “A estrutura social do Brasil – da colonização até hoje – se tem caracterizado pela alternância de diferentes submissões” (MORAIS, 1989, p. 91). Dessa forma, o brasileiro, em sua maioria, foi esvaziado de toda a sua subjetividade; são indivíduos mecanizados para quem há imposições de ordem, em sua vida laboral e intelectual. Grande parte de nossas necessidades, não são verdadeiramente reais; são determinações sobre as quais não temos mais controle; essas necessidades ganharam conotações impostas pelo poder. “Tais necessidades têm um conteúdo e uma função social determinados por forças externas sobre as quais o individuo não tem controle algum” (MARCUSE, 1969, p. 26). Ainda para esse autor, essas necessidades são os “produtos de uma sociedade cujo interesse dominante exige repressão”.

Ao longo da história do Brasil, pode se verificar que o poder se movimentou algumas vezes, entretanto nunca mudou de lado. Estava nas mãos daqueles que possuíam o maior número de escravos e também eram proprietários das maiores extensões de terras. Mas, “todo poder é sustentado em pretensões de verdade e de validade” (GUIMARÃES, 2000, p. 4), as

instituições que corroboram para a manutenção do *status quo* existente deixaram de validar esse poder. Até mesmo para que todos cobicem o poder, sua forma deve ser volátil. Assim ele fica acima de qualquer questionamento, ou pelo menos sai ileso deles. Também não é possível algo ser símbolo de poder se as instituições, como a religião, não o legalizar e ainda ajudar a propagá-lo como tal. Como declara Houtart (1982, p. 11),

Situando-se no universo das representações, a religião intervém ao mesmo tempo na definição do sentido e na orientação das práticas. Em outras palavras: se necessário, ela pode fornecer a explicação e a justificação das relações sociais, bem como constituir o sistema das práticas destinadas a reproduzi-las.

Envolvidos em uma aura, os símbolos do poder são apregoados como acessíveis a todos, basta que sigam este ou aquele modelo. Normalmente são modelos em se exige o desaparecimento por completo do sujeito e uma identificação com o que está sendo imposto, ou seja, a alienação. É desta forma que a “falsa consciência se torna a verdadeira consciência” (MARCUSE, 1969, p. 31). Vive-se um período de esvaziamento do sujeito, um período em que se é objeto. Foi retirado do indivíduo toda e qualquer capacidade de oposição ao *status quo*. O progresso transformou a razão em submissão ao *status quo* (MARCUSE, 1969). O único poder que foi deixado com o indivíduo é o de aceitar as leis da sociedade. Tal situação é danosa tanto para o individual quanto para o social uma vez que tanto o processo de tornar-se sujeito, como o de ser submisso é sempre histórico. “Quanto mais coincide com o movimento real de sua historicização, tanto mais possibilidade terá o homem de desvelar e conquistar o sentido do seu vir-a-ser histórico” (FIORI, 1991, p.91).

A passividade e a submissão do brasileiro é algo histórico; quando da colonização a sociedade se dividiu em senhores todo-poderosos e em escravos e servos passivos. Faoro (1977), ao relatar como se dava a relação de poder entre governo e governados, no Brasil do século XIX e XX, deixa claro a alienação do povo sobre seus direitos como nação constituída.

O grupo dirigente não exerce o poder em nome da maioria, mediante delegação ou inspirado pela confiança do povo, como entidade global, se irradia. [...] A minoria exerce o governo em nome próprio, não se socorre da nação para justificar o poder, ou para legitimá-lo jurídica e moralmente. [...] O contrato entre governo e governados, distante, frio, indiferente, só ganha dramaticidade nesse limite extremo, no limiar da conduta que despoja o povo de sua honra e do pão. Fora daí, pela violência ou pela astúcia, com a mão suave ou com a mão severa, tudo se permite, contanto que não se quebre a comunidade armada junto da Coroa (FAORO, 1977, p.88).

O poder político é visto pelo brasileiro como um mal necessário; uma imposição de Deus sobre os homens. Assim como a morte é necessária à vida porque lhe dá um sentido

(MAFFESOLI, 2005) o Estado – representante do poder político – é visto como algo que determina, que pressiona e limita suas ações, é um espinho na carne com a qual tem que conviver. Isso é evidente na forma como o brasileiro se esquia, evita se confrontar com quem detêm o poder; ao mesmo tempo em que se submete a ele, uma vez que não luta contra ele. Há todo um jeitinho para se viver assim, do qual o brasileiro aprendeu a se orgulhar.

Jeito é produto da pressão [...] quanto maior for a pressão, tanto maior será a criatividade do jeito. [...] O jeito é tipicamente uma solução individual e nunca faz uma política coletiva, embora seja uma prática bem socializada, talvez melhor, institucionalizada, mas tão maleável que não suporta estatuto. Diante do sistema de normas, em caso de conflito com interesses e valores pessoais, o jeito é o método de, cada um por si e de sua maneira, libertar-se da pressão e seguir seu caminho à margem da lei. Que outros, muitos outros, talvez, estejam nas mesmas condições, apertados ou até se sintam injustiçados pelo sistema em vigor, não interessa eficazmente ao dono do jeito. Ao contrário, mesmo sabendo da situação idêntica de seus colegas, companheiros, de sua classe, procura às escondidas uma solução para si mesmo, em vez de mostrar solidariedade (LEERS, 1982, p. 65).

Para que o brasileiro seja livre, primeiro ele precisa ter consciência de sua servidão, de sua passividade e passar a pensar de forma coletiva; aprender a se organizar, seja em sindicatos, nas escolas e universidades ou nas comunidades. Precisa passar do narcisismo ao ser sujeito de sua história. Enquanto o mundo for apenas aquilo que conseguimos ver de nossas janelas, seremos subjugados e servos; o Brasil continuará sem uma identidade como nação diante do mundo; pois segundo Schwarcz (2004, p. 98), “em meio ao processo que fazia do Brasil um país independente, um elemento fundamental escapou: criava-se o Estado, em 1822, mas esquecia-se da nação”. Ainda conforme essa autora, a história do Brasil foi uma história fabricada que deveria ser “nacional, imperial e, de quebra, carioca” e, pensada e escrita por Carl F. Von Martins - um alemão que ganhou o concurso elaborado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Portanto, essa história não foi escrita e nem feita pelos brasileiros que se deixaram dominar preferindo assim a servidão; “é o povo que se sujeita, que se degola, que, tendo a escolha entre ser servo ou ser livre, abandona sua franquia e aceita o jugo; que consente seu mal – melhor dizendo, persegue-o” (LA BOÉTIE, 1999, p. 14).

O brasileiro precisa se decidir, parar de viver uma situação não definida em que não é escravo, mas também não é cidadão. Segundo La Boétie (1999, p. 15), está nas mãos dos homens a escolha entre servir ou ser livre:

os tiranos quanto mais pilham mais exigem, quanto mais arruinam e destroem, mais se lhes dá, quanto mais são servidos, mais se fortalecem, e se tornam cada vez mais fortes e dispostos a tudo aniquilar e destruir; e se nada se lhes dá, se não se lhes obedece, sem lutar, sem golpear, ficam nus e desfeitos, e não são mais nada, como o galho se torna seco e morto quando a raiz não tem mais humor ou alimento.

Somente é sujeito aquele indivíduo que está comprometido com os espaços sociais “que o transcende, e diante disso tem de organizar sua expressão pessoal, o que implica a construção de opções pelas quais mantenha seu desenvolvimento e seus espaços pessoais dentro do contexto dessas práticas”. (GONZALEZ REY, 2005a, p. 238).

3.2 O consumo e seus efeitos na passividade

A cultura contemporânea é orientada para o consumo. Trata-se de um processo histórico que começou a ficar evidente nos séculos XVI e XVII, alcançando seu apogeu no século XVIII. A origem dessa insaciabilidade e fúria de consumo, “idéias em que se baseia toda a análise econômica sobre o consumo, compartilhadas tanto por Keynes, como por Marx e todos os economistas até hoje reside em aspectos psicológicos” (BARBOSA, 2004, p. 16). A incerteza gera mais incertezas. Não certas de seu próprio valor, as pessoas buscam se firmar no exterior, certas de que assim estarão indicando um interior melhor. Elas consomem produtos que percebem como aumentando seu autovalor; pois “os bens de consumo apresentam-se [...] como poder apreendido e não como produtos trabalhados” (BAUDRILLARD, 2003, p. 22). O consumo passou a ter um papel social quando o valor passou a permear todas as esferas da vida humana.

Ao nível do vivido, o consumo faz da exclusão maximal do mundo (real, social e histórico) o índice máximo de segurança. Tende para a felicidade por defeito, eliminando as tensões. Mas, choca com a contradição que existe entre a passividade que implica o novo sistema de valores e as normas de uma moral social que, quanto ao essencial, permanece a do voluntarismo, da ação, da eficácia e do sacrifício. Daí a intensa culpabilização que se inscreve no novo estilo de conduta hedonista e a urgência, claramente definida pelos ‘estrategos do desejo’, de desculpabilizar a passividade. Para milhões de pessoas sem história e felizes de o serem, é de toda a necessidade desculpabilizar a passividade (BAUDRILLARD, 2003, p. 26).

Segundo Sorj (2000, p. 45), a visão de Bauman, sobre o consumo, é semelhante à de Marcuse “ao apresentar a sociedade de consumo como um mecanismo de dominação capaz de integrar todo fenômeno social que possam gerar distúrbios transformadores do sistema, como

a distribuição da riqueza e do trabalho, a tecnologia ou a política”. O consumidor se considera livre, tem a fantasia de que compra o que quer e paga conforme a sua vontade, pois os recursos são seus. Entretanto, essa liberdade é somente de fachada, o consumidor é alguém extremamente controlado. “A livre escolha entre ampla variedade de mercadorias e serviços não significa liberdade se esses serviços e mercadorias sustentam os controles sociais sobre uma vida de labuta e temor – isto é, se sustentam alienação” (MARCUSE, 1969, p.28). Ao comprar um objeto que já foi previamente estabelecido para seu consumo, o indivíduo só comprova a eficiência dos meios de controle.

O consumo reduz-se a simples setor aparentemente anômico por não ser regulado, segundo a definição de Durkheim, por regras formais e por dar a impressão de estar entregue à desmesura e à contingência individual das necessidades. Como geralmente se imagina (eis a razão por que a ciência econômica sente repugnância em mencioná-lo), não consistiu um setor marginal de indeterminação onde o indivíduo, aliás coagido de todos os lados por regras sociais, recuperaria, finalmente, na esfera privada e entregue a si mesmo, uma margem de liberdade e de divertimento pessoal. O consumo surge como conduta ativa e coletiva, como coação e moral, como instituição. Compõe todo um sistema de valores, com tudo o que este termo implica enquanto função de integração do grupo e do controle social (BAUDRILLARD, 2003, p. 81).

Existe uma “preferência cultural ocidental recente em destinar ao consumo de bens e mercadorias todo aumento de renda” (BARBOSA, 2004, p. 17). No Brasil o consumismo é alarmante, uma vez que os objetos de consumo, que são símbolos de poder, têm mais prioridade que, muitas vezes, os gêneros alimentícios. É esta situação intimamente ligada as representações sociais, que, conforme já explicitado, são formações de sentido produzidas a partir do social que se expressam em nível simbólico e real por meio do social. Ou seja, elas se produzem e se expressam nas relações sociais. O social causa e sofre as consequências reais e simbólicas concomitantemente. As representações sociais representam a forma como o social se organiza na subjetividade e permite a organização das ações compartilhadas em diversos espaços existentes (GONZALEZ REY, 2005a).

As representações são importantes para a compreensão dos aspectos sociais envolvendo o consumo. Para a compreensão dos motivos que levam as pessoas a preferirem objetos como um carro novo, celular e roupas de marca ao invés de uma boa alimentação. Este um processo complexo e dinâmico em que há por trás todo um contexto histórico; uma vez que o valor simbólico atribuído a algo é o resultado de um processo que envolve as instituições sociais, a mídia e a própria cultura local. É uma das formas pelas quais se manifesta a subjetividade social – “sistema constituído por processos simbólicos e de sentido que se desenvolvem na experiência humana” (GONZÁLEZ REY, 2004, p. 78).

Ainda quanto à questão do consumo, Barbosa (2004, p. 19) destaca duas causas para a transformação na forma de consumo: “A passagem do consumo familiar para o individual e a transformação do consumo de pátina para o consumo de moda”. Estas duas causas denotam uma transformação no momento histórico. Antes as famílias produziam para seu próprio consumo, estavam inseridas em grupos de *status* e os objetos eram duráveis, sendo utilizados por diversas gerações. Esse é o significado de consumo de pátina – os bens são utilizados até acabarem – muitos desses sendo passados de uma geração para outra. O desenvolvimento das novas formas de mercado e a transformação da sociedade que deixou de viver e pensar coletivamente passando para o individual foram, dentre os diversos fatores, os que mais contribuiriam para a formação da sociedade de consumo. Atualmente a inserção do indivíduo na sociedade está diretamente ligada à quantidade de bens que consome.

Os objetos de consumo são imbuídos de poder; possuem o poder que foi retirado do indivíduo. Uma vez que o poder está nos objetos, as representações sociais dos indivíduos passam antes pelos objetos que eles consomem. O indivíduo já não possui mais autonomia, passa a ser apenas o possuidor de um objeto; logo, ele é um objeto também. É como se cada objeto possuísse poderes mágicos que podem ser utilizados por quem os compra; entretanto, esses poderes mágicos têm data de validade então devem ser trocados para que, quem os possui não perca o poder.

As criaturas se reconhecem em suas mercadorias; encontram sua alma em seu automóvel, hi-fi , casa em patamares, utensílios de cozinha. O próprio [...] mecanismo que ata o indivíduo a sua sociedade mudou, e o controle social está ancorado nas novas necessidades que ela (a sociedade) produziu (MARCUSE, 1969, p.29-30).

Cada um quer encerrar em si mesmo todo o poder; logo a perfeição. Entretanto, como não existe mais uma referência, na busca pela perfeição, os grupos sociais encontram é o lugar comum; há uma busca por uma singularidade em algo massificado, assim, passam a serem indiferenciados entre si em termos de consumo (BARBOSA, 2002). Estamos falando de um homem unidimensional e alienado, possuidor de uma falsa consciência.

Os produtos doutrina e manipulam; promovem uma falsa consciência que é imune à sua falsidade. E, ao ficarem esses produtos benéficos 1ª disposição de maior número de indivíduos e de classes sociais, a doutrinação que eles portam deixa de ser publicidade; torna-se um estilo de vida. [...]. Surge assim um padrão de pensamento e comportamento unidimensionais no qual as idéias, as aspirações e os objetivos que por seu conteúdo transcendem o universo estabelecido da palavra e da ação são repelidos ou reduzidos a termos desse universo. São redefinidos pela racionalidade do sistema dado e de sua extensão quantitativa (MARCUSE, 1969, p. 32).

O indivíduo para ser sujeito precisa de autonomia e de se sentir inserido; de ser multidimensional. Segundo Baudrillard (2003, p. 194), “a indiferença política, a catatonia do cidadão moderno, é a do indivíduo a quem toda a decisão se esquivava, conservando apenas a irrisão do sufrágio universal”. A realidade vivida hoje no Brasil do século XXI, não é muito diferente da existente no passado. O brasileiro, em sua maioria, não possui autonomia. Subestimado e se considerando inferior se percebe como capaz somente de imitar e se submeter ao desejo do outro. Mas, mesmo a elite que, sendo minoria, manda e exclui completamente a maioria da população cada vez mais alienada e subserviente; submete-se aos desejos do mundo ‘civilizado’, assim como o restante da população brasileira a ela. Como afirma Ribeiro (1978, p. 19)

Poucos países juntaram, como o Brasil, tijolos e cimentos tão díspares em seu processo de constituição. Poucos também experimentaram vicissitudes que mostram de forma tão clara os caminhos pelos quais uma mesma nação pode constituir-se não para servir a si mesma, mas para atender a interesses alheios. Efetivamente, o Brasil não nasceu como etnia e se estruturou como nação em consequência da soma dos desígnios de seus criadores. Surgiu, ao contrário, como uma espécie de subproduto indesejado e surpreendente de um empreendimento colonial, cujo propósito era produzir açúcar, ouro ou café e, sobretudo, gerar lucros exportáveis.

Enquanto isso, a classe média vive engessada no seu modo de vida pré-determinado: manter seu poder de compra, se ocupar do consumo e depois de pagar as dívidas. “Quando o individualismo parece reduzido a opções de consumo é que reaparece a idéia de que as condutas estão sujeitas a determinismos sociais” (TOURAINÉ, 2007, p. 103). A classe média que normalmente inicia as maiores mudanças histórico-sociais de uma nação está, no Brasil, totalmente apática e submetida às determinações sociais. É a publicidade, um discurso “neoprimativista”, em que todos dizem não acreditar, mas a qual todos, aderem. Bruckner (1996, p. 55), acredita, ser a publicidade “a ressurreição do conto de fadas aplicado à mercadoria”.

A articulação da relação também se faz ao nível da linguagem que acompanha o simbólico e a afetividade (VERGOTE, 2001), cujo impacto não é possível prever. Portanto, quem sabe dessa apatia, dessa passividade surge a tensão necessária para que ocorram as

mudanças necessárias, as revoluções ainda não ocorridas. Segundo Ribeiro (1978, p. 206), “a anomia freqüentemente se instala, prostrando multidões no desânimo e no alcoolismo. Muitas vezes se deteriora, também, na anarquia, em gestos fugazes de revolta incontrolável”.

4 EDUCAÇÃO, CIDADANIA E SUBJETIVIDADE POLÍTICA

4.1 Educação e Cidadania no Brasil

A principal preocupação da educação deve ser a de contribuir para a autoformação do sujeito, uma vez que, “o conhecimento emerge do mundo onde as pessoas se encontram e interagem, do mundo onde os interesses humanos, necessidades e desejos encontram expressão, satisfação ou frustração” (MOSCOVICI, 2003, p. 9). Principalmente nesse mundo globalizado em que se vive atualmente, a educação deve reforçar as condições que tornarão possíveis a emergência de uma sociedade-mundo composta por cidadãos protagonistas (MORIN et al, 2004). Ter consciência e ser crítico é algo fundamental para que o indivíduo seja protagonista de sua própria vida. “O caráter essencialmente local da crítica indica na realidade algo que seria uma espécie de produção teórica autônoma, não centralizada, isto é, que não tem necessidade, para estabelecer sua validade, da concordância de um sistema comum” (FOUCAULT, 2000, p. 169).

Educação em si não é cidadania, mas é um instrumento para o exercício da cidadania; deve ser a base para que o indivíduo entenda que possui responsabilidades na sociedade; que o social é modificado por ele assim como ele é modificado pelo social.

A educação [...] não constitui a cidadania. Ela dissemina os instrumentos básicos para o exercício da cidadania. Para que o cidadão possa atuar no sindicato, no partido político etc, é necessário que ele tenha acesso à formação educacional, ao mundo das letras e domínio do saber sistematizado. Em consequência disso a formação do cidadão passa necessariamente pela educação escolar (A. RIBEIRO, 2001, p. 65).

Já mencionamos, neste trabalho, que a educação no Brasil nunca ocupou um lugar de destaque, nunca foi prioridade para o Estado que não é regido pela necessidade do povo. Aliás, a sociedade brasileira não é injusta somente pelas más condições de vida que oferece a maioria das pessoas que aqui vivem; é também quando nega, a esta maioria, a reflexão sobre as próprias leis a que estão submetidos e são julgados (MENIN, 2001). A história da educação no Brasil não deixa dúvidas quanto aos motivos do brasileiro ser tão passivo, ela evidencia a precariedade em que vivia, e ainda vive, grande parte do povo brasileiro.

[...] a história de nossa educação é a história de um malogro ou, caso se prefira não ser tão radical, é a história de uma vasta precariedade. A educação que tivemos e temos se mostra uma consequência imediata das situações políticas e econômicas que tivemos e temos. Quando a sustentação infra-estrutural é vacilante, toda a superestrutura se faz precária e pouco sólida. (MORAIS, 1989, p. 91).

Muitos vêem o conhecimento como o caminho que leva ao progresso; “o sentido prático e útil do conhecimento foi sempre identificado como socialmente relevante e, por isso, incontestável, uma vez que dele nasce o chamado progresso” (GOERGEN, 2003, p. 104). Não importando se esse desejado progresso esteja, na verdade, encobrindo questões puramente econômicas. Os intelectuais brasileiros devem se posicionar mais criticamente com relação aos projetos sociais e políticos do Brasil. O Brasil não investiu, e ainda hoje continua não investindo, na educação, nem mesmo como uma saída para o subdesenvolvimento¹¹. Afinal, é por meio do controle da educação e dos meios de comunicação que a classe dominante garante sua permanência no poder, uma vez que, a educação é o mais importante determinante das trajetórias sociais futuras dos brasileiros e, esta importância tem aumentado ao longo dos anos. “Não é exagero dizer que a educação constitui hoje o determinante central do posicionamento socioeconômico das pessoas na hierarquia social” (PASTORE; SILVA, 2000, p. 40). Daí a importância de manter um rígido controle sobre a educação; isso permite que a desigualdade social seja mantida. No entanto, todos agem como se concordassem com tal condição.

[...] nessas condições, exacerba-se o distanciamento social entre as classes dominantes e as subordinadas, e entre estas e as oprimidas, agravando as oposições para acumular, debaixo da uniformidade étnico-cultural e da unidade nacional, tensões dissociativas de caráter traumático. Em consequência, as elites dirigentes, primeiro lusitanas, depois luso-brasileiras e, afinal, brasileiras, viveram sempre e vivem ainda sob o pavor pânico do alçamento das classes oprimidas. Boa expressão desse pavor é a brutalidade repressiva contra qualquer insurgência e a predisposição autoritária do poder central, que não admite qualquer alteração da ordem vigente (RIBEIRO, 1995, p. 23).

O medo de que as classes oprimidas tomem o poder faz com que a educação oferecida no Brasil, não permita uma formação de sujeitos capazes de se perceberem como atuantes na sociedade, ou seja, como cidadãos conscientes dos seus direitos sociais, culturais e econômicos. Aliás, os pobres tornaram-se um perigo não somente no Brasil; segundo

¹¹ Enquanto a Coreia do sul investe 2 % de seu PIB somente em projetos de pesquisa e desenvolvimento, o Brasil tem investido na ordem de 3,9 % de seu PIB em toda a educação. Os EUA que possui um PIB 11,9 vezes maior que o nosso, também investe, na educação, um percentual maior que o nosso, investe em torno de 5% de seu PIB.

Foucault (2000), a partir do segundo terço do século XIX o pobre surge como um perigo por diversas razões e, então foram organizados bairros de pobres e de ricos – *apartheid* social.

Para que o brasileiro atue como cidadão, o Estado precisa atuar como Estado - fomentador da igualdade social; afinal, o Estado produz o cidadão que ele precisa. “Os indivíduos são cidadãos quando exercem seu direito legítimo de levar a sério suas demandas e quando se beneficiam da ação pública do Estado [...], e fortalecem as redes sociais das quais fazem parte” (OCAMPO, 2002, p. 83). Para ser cidadão, o indivíduo deve possuir consciência crítica, ser um sujeito emancipado e a missão da educação é promover a emancipação dos homens, que se faz através de uma consciência crítica que propicia também a comunicação; que por sua vez estimula a reflexão, que permite a autonomia (WERNECK, 1984).

A educação deve incentivar o desenvolvimento do pensamento do indivíduo de forma que ele se torne sujeito de seus processos, mas para isso, o indivíduo necessita ser visto como sujeito, alguém que deve ter a sua singularidade respeitada. Entretanto, as escolas têm se contentado em ser meras adestradoras de pessoas. Tolhendo toda a criatividade, senso crítico e inteligência; uma vez que o princípio da educação não tem sido o de transformação social, mas apenas o de adaptação do indivíduo a sociedade. Na sociedade contemporânea, liberdade de pensamento e também direito à oposição política estão perdendo sua função crítica (MARCUSE, 1969). A educação já não questiona a sociedade, simplesmente se adequou a ela; transformou-se em um bem de consumo.

Muitos estudantes, em especial os pobres, sabem intuitivamente o que a escola faz por eles. Ela os adestra até que confundam processo e substância. Uma vez que esses dois conceitos se tornam indistintos, adotam uma nova lógica: quanto mais tratamento houver, tanto melhores serão os resultados; ou, a escalada leva ao sucesso. O aluno é ‘escolarizado’ desse modo para confundir ensino com aprendizagem, promoção de série com educação, diploma com competência e fluência com capacidade de dizer algo novo. Sua imaginação é ‘escolarizada’ para que aceite serviço em vez de valor. Confunde-se tratamento médico com cuidados de saúde, trabalho social com melhoria de vida comunitária, proteção policial com tranquilidade, equilíbrio militar com segurança nacional, a mesquinha luta pela sobrevivência cotidiana com trabalho produtivo. A saúde, o saber, a dignidade, a independência e a produção criativa são definidos como pouco mais de que o desempenho das instituições que afirmam servir a esses fins, e sua melhoria se faz dependente da concessão de maiores recursos à administração de hospitais, escolas e demais organismos correspondentes (ILLICH, 1973, p. 21).

Deixar de educar para a cidadania e para a autonomia é deixar de construir uma nação. O indivíduo, quando não se reconhece cidadão, não se vê como pertencendo a uma nação. “Um homem é cidadão de onde o reconhecem como tal” (MORAIS, 1989, p. 42). “O cidadão deve ser, primeiramente, livre, condição essencial para o exercício da cidadania. E a cidadania é expressão individual da vontade soberana do povo” (CRUANHAES, 2000, p. 75). Quanto

mais cidadania maior será a participação na sociedade (OCAMPO, 2002). “Um cidadão é definido, em uma democracia, por sua solidariedade e responsabilidade em relação a sua pátria. O que supõe nele o enraizamento de sua identidade nacional” (MORIN, 2003, p. 65). O brasileiro não se importa com as questões sócio-políticas porque desconhece o sentido de cidadania, não possui identidade como cidadão. Portanto, não vê como sua responsabilidade lutar contra a corrupção na política ou contra a desigualdade social. Da mesma forma que, em geral, não se interessa pela educação; não lhe dá a devida importância. Como salientou Morin (2003, p. 47), Durkheim dizia que a educação não deveria ter como objetivo “transmitir conhecimentos sempre mais numerosos ao aluno, mas o de criar nele um estado interior e profundo, uma espécie de polaridade de espírito que o oriente em um sentido definido, não apenas durante a infância, mas por toda a vida”.

A escola é vista, em geral, como uma obrigação, pelo sentido subjetivo que lhe fora atribuído. Por ser um lugar de assujeitamento para a dominação. Quando falamos de formar cidadãos não estamos falando de “indivíduo político enquanto codificado pelo poder, determinado inteiramente por ele, produzido por ele” (LEBRUN, 1999, p. 68), mas de um cidadão participante da formação da nação. A escola tem se colocado distante da realidade do sujeito. Nela não se pode ter opinião própria, só se pode assimilar a opinião vigente.

Os interesses da dominação das consciências se mistificam em valores supostos, capazes de uniformizar e adaptar os comportamentos à funcionalidade do sistema. Tão forte é seu poder de mistificação que o próprio dominado busca valorizar-se, segundo os padrões e as escalas do sistema dominante. E, inclusive, pseudo-revolucões, através de certas mudanças estruturais, perseguem, no fundo de suas intenções, os mesmos valores que justificavam as estruturas antigas. A luta contra a dominação só alcança seus fins se romper as estruturas para dar surgimento ao homem novo. Um homem novo, para realizar-se, exige a mediação de um mundo novo, e o mundo novo requer a luz de uma nova constelação de valores, uma nova cultura (FIORI, 1991, p. 73).

Segundo Marcuse (1969), houve uma alteração na estrutura e também na função de algumas classes sociais que as impedem de serem agentes de transformação histórica. No Brasil a dominação sobre o individual é tal que, na realidade, o sistema educacional brasileiro, de maneira em geral, reproduz o *status quo* criando uma idéia de estamento social. A possibilidade de mudança se encontra numa minoria que tem acesso ao ensino superior, seja ele público ou privado, por esses acreditarem ser a educação um dos fatores mais importantes para a libertação consciente da servidão. Como já dito anteriormente, a educação, em si não constitui a cidadania, mas deve ser um aparelho que leva ao exercício da cidadania. Logo leva a posição de sujeito.

A eliminação do sujeito representa a supressão do pensamento, pois precisamente uma das funções essenciais do sujeito é a criação de novas realidades por meio de seu pensamento, sendo a matéria-prima deste processo a riqueza de suas configurações subjetivas, a construção incessante de modelos para expressar uma realidade que tem como fundo os sentidos subjetivos de suas experiências mais íntimas ao longo de sua história, as quais aparecem configuradas subjetivamente em sua personalidade (GONZALEZ REY, 2005a, p. 184).

A cultura é percebida, pelos seus detentores, como o modo natural e necessário de serem homens (RIBEIRO, 1978). Acrescento que sob um mando repressivo, a cultura assim como a ciência e a educação podem ser usadas como instrumento para o assujeitamento do indivíduo; levando-o ao adoecimento psíquico por uma perda total de sua subjetividade. A passividade do brasileiro configura-se, numa maneira de ver o mundo, historicamente construída, a partir de uma sociedade altamente estratificada. Uma sociedade onde há a necessidade de se tornar um ser alienado.

Percebemos o mundo tal como é e todas nossas percepções, idéias e atribuições são respostas a estímulos do ambiente físico ou quase-físico, em que nós vivemos. O que nos distingue é a necessidade de avaliar seres e objetos corretamente, de compreender a realidade completamente [...] (MOSCOVICI, 2003, p. 30).

Sobre a universidade, Morin (2003), afirma que ela é ‘geradora’ e ‘regeneradora’ de saberes e valores que passam a ser parte da herança cultural. No Brasil, essa instituição geradora de cultura se desenvolveu muito a partir de 1964, mas na década de 80 voltou a estagnar. Na década de 90, o ensino superior voltou a se expandir, mas dessa vez, houve uma expansão do setor privado (MORHY, 2001). Atualmente, as instituições de ensino privadas são as responsáveis pela maior parte da educação superior brasileira. Conforme Trindade (2001, p. 29), “as instituições privadas expandiram-se em três décadas de 40% para 75% das matrículas”. Para esse autor, essa democratização do acesso ao ensino superior se deu através de um ensino pago e de baixa qualidade. Grande parte das instituições privadas são centros universitários que estão dispensados da obrigação de realizar pesquisas. Mas, as universidades públicas no Brasil se constituem em um segmento bastante heterogêneo, nesse sentido, semelhante ao setor privado (CUNHA, 2001). Na verdade, assim como há muitas críticas ao setor de ensino superior privado, há também ao setor público. O próprio setor educacional estadual critica as universidades públicas federais por sua improdutividade. Cunha (2001, p. 43), cita algumas dessas críticas: “na maioria das universidades federais, a associação entre ensino e pesquisa não passaria de uma bandeira ideológica para encobrir privilégios de emprego e remuneração, sem contrapartida acadêmica”. O setor privado e o público deveriam estar unidos, uma vez que visam o mesmo objetivo: contribuir para a formação de um sujeito

crítico, sujeito produtor de conhecimento. O conhecimento é sempre fruto da interação e comunicação (MOSCOVICI, 2003). Mas, até o momento, a educação no Brasil, muito coerente com a história da formação do povo brasileiro, já citada anteriormente, mantém uma separação entre o público e o privado de forma que este hiato tira a força de nosso país como nação e do brasileiro como sujeito-cidadão.

O Estado, ao pensar suas ações, deve considerar o papel social da educação; pensar não de forma a separar público e privado, mas em como elevar a qualidade do ensino superior e considerar uma maior participação das universidades nas políticas públicas. A educação oferecida deve ser libertadora ao invés de adestradora. A educação libertadora não é feita a favor dos oprimidos; “é feita a partir do povo e com o povo – é cultura popular” (FIORI, 1991, p. 91). Portanto, o Estado deve proporcionar uma educação que integre o indivíduo levando-o a possuir um sentimento de identidade nacional, um sujeito crítico integrado à coletividade-nação.

4.2 Subjetividade política

Nesse tópico procuramos refletir sobre a subjetividade política, uma vez que há “inter-relações cada vez mais estreitas entre política, cultura e sociedade” (KRUGER, 1996, p. 21), e quanto à subjetividade, é esta inseparável dos processos humanos.

A subjetividade pode ser tanto uma teoria como uma categoria, fato que merece um esclarecimento: quando atribuímos à subjetividade o status de teoria, estamos nos referindo a uma representação da psique que, na perspectiva histórico-cultural, avança na sua compreensão como realidade complexa irreduzível a outras formas do real (MITJANS, 2005, p. 14).

Surgiu no Brasil um modelo inédito de estrutura societária, um novo modelo de estrutura social. Aqui se inaugurou uma forma singular de organização social e econômica, com pilares no escravismo e em uma servidão continuada ao mercado mundial. Apesar de uma aparente uniformidade cultural, “o antagonismo classista que corresponde a toda estratificação social aqui se exacerba, para opor uma estreitíssima camada privilegiada ao grosso da população, fazendo as distâncias sociais mais intransponíveis que as diferenças raciais” (RIBEIRO, 1995, p. 23).

A peculiar forma do brasileiro escolher seus líderes e, principalmente os líderes políticos; é reflexo do modelo societário instalado no país. É fato que o povo brasileiro convive com a desigualdade social e a gestão de políticos com propósitos mercantis que atendem unicamente aos interesses da classe dominante e ainda usa de meio “violentos de ordenação e repressão” (RIBEIRO, 1995, p. 23). Houve assim, um rebaixamento intelectual que resultou em uma separação entre o indivíduo e a sociedade. Para o brasileiro o social é visto apenas como o local de onde vem todo o seu mal-estar. Ele não se sente parte desse social. Ele encontra-se esvaziado de toda a sua subjetividade.

A subjetividade é simultaneamente social e individual, uma visão que permite enxergar, de maneira distinta, profunda, recursiva e contraditória, a articulação entre o social e o individual no psiquismo humano. O conceito de subjetividade seja no senso comum, seja nas conceitualizações teóricas que o utilizam, apontam para a subjetividade individual, para os processos psicológicos do indivíduo. Contudo, a subjetividade, encarada ao mesmo tempo como significados e sentidos, caracterizadores também dos diferentes espaços sociais que os indivíduos constituem, contribui no sentido de romper com as dicotomias individual-social, interno-externo, intra-subjetivo-inter-subjetivo, articulando, dialeticamente, ambos os pólos, e expressando seu caráter contraditório, complementar e recursivo (MITJANS, 2005, p. 15).

A citação reafirma que as ações do sujeito em determinados espaços sociais são permeadas por elementos subjetivos gerados dentro desses mesmos espaços sociais. Portanto, o indivíduo se colocar como sujeito é um indicador de que o social está se desenvolvendo e, assim promovendo desenvolvimento individual; é um processo recursivo onde tanto o social quanto o individual se desenvolve. Isso é exatamente o que não tem ocorrido na sociedade brasileira, que suprimiu toda a singularidade do sujeito; permitindo que seu envolvimento seja apenas com o trabalho, o consumo e a religião, onde projeta todo o seu desamparo. Essa dissociação entre indivíduo e social gera um isolamento que favorece a passividade, o conformismo e a indiferenciação; assim como dificulta, não somente o acesso às informações, mas, principalmente, a conexão entre as informações quando essas podem ser obtidas. A intenção é evitar que seja desenvolvida uma dimensão política no indivíduo; como também a autonomia e a consciência crítica. A informação apresentada de forma segmentada produz e mantém o indivíduo impedido de romper com o *status quo*. “O cidadão latino-americano distanciou-se da esfera pública, nutre uma desconfiança e insegurança com relação às instituições políticas e apresenta uma maior individualização em detrimento de orientações coletivas” (CAMPOS, 2004, p. 79). Tal fato também é característico na sociedade brasileira, o que impede que haja aqui grupos sociais fortes com poder para reivindicar mudanças.

Na clínica psicológica é grande o número de pessoas que se apresentam totalmente passivas diante da vida. Elas não possuem clareza da atuação do social sobre si e de sua atuação sobre o social. Queixam-se do desemprego, da falta de escolas para os filhos, assistência médica, lazer, tempo para si e vontade de viver. Dentro desse quadro torna-se necessário entender por que o brasileiro não se mobiliza para fazer as mudanças necessárias.

Os brasileiros desconhecem o isolamento social em que se encontram. Conforme Carnoy (2004, p. 33), “para Rousseau, assim como para Locke, o poder do Estado reside no povo, que renunciou à sua liberdade em favor do Estado e este, por sua vez, é a vontade geral”. Deveria o Estado representar a vontade geral; porém no Brasil, temos um conjunto de pessoas com uma forte tendência ao individualismo e, dessa forma, sem nenhum poder coletivo. Vivemos numa falsa democracia, o Estado não representa a sociedade, pois esta também não sabe se fazer representar. “A falta de vínculo associativo horizontal, que possibilite as constelações de interesses de longo prazo” (SOUZA, 1999, p. 33) é a principal causa do nosso atraso social.

No Brasil, há uma alta heterogeneidade territorial que também dificulta a coesão; uma vez que o poder é centralizado. O Estado, que se faz representar por uma minoria, defende somente os interesses da elite que também se encontra reclusa em grupos fechados. Toda produção de sentido subjetivo está associada a um longo processo histórico-cultural, no caso do Brasil, iniciado na colonização e que vêm se perpetuando através de uma administração e um planejamento, excludente, muito bem orquestrado.

[...] não ajustamos a preparação da juventude aos papéis histórico-sociais que ela tem de enfrentar. Por um milagre da nossa cultura, presa ao chamado ‘Brasil arcaico’ em tudo que é dinamicamente vital para a reorganização dos padrões imperantes de existência social, teimamos em manter critérios de formação do homem que se revelaram produtivos no passado quando se tratava de ajustar a capacidade criadora dos indivíduos a uma ordem social predominantemente estática. Nem no lar, nem nas escolas, nem em outros grupos sociais institucionalizados procuramos, deliberadamente, despertar nos imaturos e nos jovens as qualidades que são requeridas nas presentes circunstâncias (FERNANDES, 1966, p. 140).

O brasileiro não se sente capaz de impor sua vontade dentro de uma relação social; a inferioridade é um de seus sentidos subjetivos, uma vez que representam diversos processos associados a diferentes momentos de vida e principalmente, envolvendo inúmeras configurações (GONZALEZ REY, 2005). Segundo esse autor, “O sentido subjetivo existe como momento processual de uma atividade e também como formas mais complexas de organização psíquica denominadas por nós de configurações subjetivas” (p. 41).

Segundo Holanda (1983), a grande contribuição do brasileiro para o mundo será de cordialidade. Entretanto, para esse autor, seria um engano pensar que essa virtude significasse boas maneiras. Na verdade trata-se de algo superficial, “equivale a um disfarce [cuja finalidade é esconder a] forma ordinária de convívio social do brasileiro” (HOLANDA, 1983, p. 107). Portanto, devemos ter em mente que esta forma foi construída num processo histórico; “[...] toda produção de sentidos subjetivos é o resultado da tensão entre os sentidos que aparecem no percurso da ação do sujeito e os sentidos que antecedem esse momento, a partir das configurações subjetivas implicadas em cada situação concreta dessa ação” (GONZALEZ REY, 2005, p. 35).

5 METODOLOGIA

5.1 Pressupostos da pesquisa qualitativa

A abordagem qualitativa de pesquisa “é uma designação que abriga correntes de pesquisa muito diferentes, [...] essas correntes se fundamentam em alguns pressupostos contrários ao modelo experimental e adotam métodos e técnicas de pesquisa diferentes dos estudos experimentais” (CHIZZOTTI, 1998, p.78). Essa abordagem possui como principal diferencial a relação sujeito/sujeito. Ou seja, tanto o pesquisador como o pesquisado se apresentam na pesquisa; cujo foco, a priori, não são as generalizações, princípios ou quaisquer dos elementos do formal pensamento positivista. Como afirma Demo (1981, p. 224) “o formalismo acaba por aniquilar o objeto, porque a forma se concebe tão separada e independente, que já não se sabe mais descer dela para o conteúdo”. Nessa situação, o sujeito passa realmente à condição de objeto, uma vez que não se coloca, não se envolve.

Na epistemologia qualitativa segundo Gonzalez Rey, que representa o retorno da subjetividade como o principal objeto da psicologia, o conhecimento gerado é uma produção de sentido que ocorre a partir da interpretação e construção do sentido dado pela atuação do pesquisado. O conhecimento é uma produção construtiva-interpretativa, que envolve pesquisador e pesquisado. Essa construção e interpretação são processos de busca, nas expressões gestuais, escritas ou falas da condição de sujeito individual e social do pesquisado, de elementos a partir dos quais, surgem novas construções de conhecimento. “Essas construções se convertem em recursos indispensáveis para entrar em zonas de sentido ocultas pela aparência”. (GONZALEZ REY, 2005c, p. 33). A epistemologia qualitativa, segundo Gonzalez Rey (2005c, p. 21), expressa dois atributos fundamentais: o caráter participativo dos pesquisadores e a abertura das vias de produção de informação. Estudar, analisar e melhorar as condições de comunicação entre pesquisador e pesquisado torna-se as melhores tarefas da pesquisa qualitativa; pois até mesmo as circunstâncias que o material de pesquisa foi obtido afetarão o material (DEMBO, 1993 apud GONZALEZ REY, 2005)

Esta epistemologia qualitativa expressa um avanço para os estudos dos processos psicológicos da realidade; é uma nova visão da realidade considerando toda a sua complexidade. Ela parte do pressuposto de que, no mundo, inclusive no ambiente de pesquisa, o sujeito está ativo na relação assim como o “objeto”. Martin e Bicudo (1989, apud

GARNICA, 1997) vêem o pesquisador como aquele que percebe a si e a realidade que o cerca como possibilidades. Já Chizzotti (1998, p. 79) afirma que “[...] o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas relações”. Para Gonzalez Rey (2005c, p. 57), “o pesquisador e suas relações com o sujeito pesquisado são os principais protagonistas da pesquisa, e os instrumentos deixam o lugar de protagonistas”. A subjetividade não existe por si só, mas é forjada no contexto social. A epistemologia qualitativa de Gonzalez Rey é exatamente um novo olhar sobre os aspectos psicológicos. É um olhar que torna possível abarcar o contexto social onde o sujeito se faz; um contexto interativo e histórico que representa a subjetividade humana (GONZALEZ REY, 2005c).

A epistemologia qualitativa elaborada por Gonzalez Rey se apóia em três princípios São eles:

O conhecimento é uma produção construtiva-interpretativa - é gerado pela necessidade de dar sentido a expressões do sujeito estudado, cuja significação para o problema objeto de estudo é só indireta e implícita.

[...]

O caráter interativo do processo de produção do conhecimento – enfatiza que as relações pesquisador-pesquisado são uma condição para o desenvolvimento das pesquisas nas ciências humanas e que o interativo é uma dimensão essencial do processo de produção de conhecimentos, um atributo constitutivo do processo de estudo dos fenômenos humanos. Esse princípio orienta a ressignificação dos processos de comunicação no nível metodológico.

[...]

Significação da singularidade como nível legítimo da produção do conhecimento – a singularidade foi historicamente desconsiderada quanto à sua legitimidade como fonte de conhecimento científico; mas na pesquisa da subjetividade adquire importante significação qualitativa. A singularidade se constitui como realidade diferenciada na história da constituição subjetiva do indivíduo [...] (GONZALEZ REY, 2005c, p.31-35).

5.2 A construção de categorias e indicadores

A construção de categorias e de indicadores é um dos processos mais ricos da pesquisa qualitativa por “permitem conceituar as questões e processos que aparecem em seu curso, os quais não podem ser conceituados nos marcos rígidos e a priori de nenhuma hipótese ou teoria geral” (GONZALEZ REY, 2005c, p. 119). Esses são processos inter-relacionados e assim permitem que a pesquisa não seja apenas uma reiteração do que já se conhece. As categorias são essenciais para o processo de construção da informação, portanto para a construção do

conhecimento. “O valor do conhecimento não pode ser julgado pela pretendida correspondência entre suas formas e a realidade estudada, mas por sua capacidade sobre o estudado” (GONZALEZ REY, 2005c, p. 135).

A construção de categorias e de indicadores é muito importante nesse processo por tornar possível representar, construir e acompanhar a complexidade da realidade (MITJANS, 2005). Ainda segundo essa autora “não é possível uma representação complexa do objeto no sentido em que a complexidade está sendo considerada aqui: sem um sistema de categorias que tente representar essa complexidade” (MITJANS, 2005, p. 6). Quando o pesquisador define um indicador, não está, de forma alguma, impondo uma certeza, está sim, abrindo caminhos hipotéticos, nos quais “os indicadores irão se reorganizar várias vezes em função do rumo que o processo de construção da informação vai tomando” (GONZALEZ REY, 2005, p. 49).

5.3 Cenário de pesquisa

A metodologia abrange a utilização de material teórico do curso de graduação, levantamentos bibliográficos e seleção de obras a serem utilizadas assim como utilização de um questionário como instrumento de coleta de dados objetivos. Esse será aplicado a dois grupos de universitários do Centro Universitário de Brasília - UNICEUB. Sendo os dois grupos compostos por alunos do curso de psicologia.

A aplicação do questionário ocorreu em duas etapas. Em uma primeira etapa 22 alunos do curso de psicologia responderam ao questionário após terem sido informados sobre o tema e de que se tratava de um trabalho de final de curso. Em uma segunda etapa, para apenas 16 alunos, houve a exibição do programa “Com quem você pensa que está falando” Esse faz parte da série “Não é o que parece!” Produzido em parceria com o canal Futura e o Conselho Federal e Regionais de Psicologia. Esse programa fala sobre preconceito, exclusão social, desigualdades sociais e identidade de grupos sociais. Possui duração de 30 minutos. Após a exibição do programa iniciou-se uma discussão sobre as questões sociais retratadas no programa, sua relação com a política e como o brasileiro tem lidado com elas. Houve três colocações muito interessantes:

“Política para o brasileiro não segue uma lógica”.

“É por medo da mudança; do desconhecido. Uma vez que não haja mais corrupção, desigualdade, etc. como tudo vai ser? Do jeito que está todos sabem quem ganha e quem perde. Mas e se mudar como EU fico nessa história?”

“É uma questão de lei do menor esforço. Para mudar tem que mostrar a cara. Falar no anonimato é tranquilo e sem conseqüências, mas assumir tudo não é fácil”.

Dos 16 alunos presentes somente seis se comprometeram a responder o questionário que foi aplicado, posteriormente de forma individual. Entretanto, dos seis alunos comprometidos, somente três deles efetivamente responderam ao questionário.

5.4 Escolha e descrição dos sujeitos

A escolha dos sujeitos ocorreu de duas formas. Os 22 participantes que responderam ao questionário na primeira etapa faziam parte de uma turma do curso de psicologia. Foi lhes apresentado o tema e em seguida distribuído o questionário para que respondessem. Já na segunda etapa, os três sujeitos que responderam ao questionário, foram voluntários que tinham o desejo de continuar discutindo sobre o tema proposto assim como de responder ao questionário. Esses faziam parte do grupo de 16 alunos para os quais foi exibido o programa já citado.

Foi aplicado um total de 25 questionários, sendo que 80% dos participantes eram do sexo feminino e 20% do sexo masculino. O questionário¹² era composto de 13 questões e cinco complementos de frase relacionados ao tema. Os participantes foram informados, antecipadamente, de que poderiam escrever o quanto julgassem necessário. Todos os participantes moravam em Brasília e entorno e, eram universitários do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB. Dentre os três alunos que responderam ao questionário, havia um que era estudante de psicologia no UNICEUB e antropologia na UnB.

5.5 Instrumentos de pesquisa

¹² O questionário se encontra, na íntegra, no apêndice B.

Quanto à definição dos instrumentos de pesquisa, Gonzalez Rey (2005c, p. 91), explica que deve integrar formas orais e escritas, uma vez que uma atua como forma descentralizadora da outra e assim envolvem o sujeito de modo que ele pensa criticamente sobre sua própria experiência. Ainda para esse autor, “Ambas as formas de expressão se desenvolvem como um *continuum* nos diferentes diálogos que coexistem como expressão da trama social constituída no processo de pesquisa”.

O instrumento deve representar apenas o meio que será utilizado para facilitar a expressão do outro sujeito. “O uso de instrumentos representa um momento de uma dinâmica, na qual, para o grupo ou para as pessoas pesquisadas, o espaço social da pesquisa se converteu em um espaço portador de sentido subjetivo”. (GONZALEZ REY, 2005b, p. 45). Ao definir os instrumentos da pesquisa deve-se considerar se esses irão permitir a expressão do sujeito pesquisado; devem permitir o aproveitamento dos diálogos formais e informais que são gerados na relação entre pesquisador e pesquisados. Nesse trabalho, a discussão de grupo foi um instrumento de pesquisa utilizado como forma de gerar conversação espontânea, portanto, usado como instrumento de pesquisa complementar que conforme Minayo (1998, p. 129), “deve ser valorizada como abordagem qualitativa, seja em si mesma seja como técnica complementar”. Para estimular a discussão em grupo utilizamos o programa “Com quem você pensa que está falando” que faz parte da série “Não é o que parece!” Produzido em parceria com o canal Futura e o Conselho Federal e Regionais de Psicologia. Conforme já citado, esse programa fala de questões pertinentes ao tema desse estudo.

Billig (1997, apud GONZALEZ REY, 2005b), afirma que apesar da conversação espontânea, como estratégia de produção da informação, ser pouco utilizada na psicologia, trata-se de uma via importante no trabalho científico além de possuir antecedentes importantes nas ciências antropológicas. A conversação espontânea como instrumento

“é geralmente usada para: (a) focalizar a pesquisa e formular questões mais precisas; (b) complementar as informações sobre conhecimentos peculiares a um grupo em relação a crenças, atitudes e percepções; (c) desenvolver hipóteses de pesquisa para estudos complementares” (MINAYO, 1998, p. 129).

Outro instrumento utilizado foi o questionário aberto que visa permitir a expressão do sujeito participante. Conforme Gonzalez Rey (2005) o espaço social da pesquisa se converte em um espaço portador de sentido subjetivo. Uma vez que ao participar de uma pesquisa o sujeito coloca sua visão de mundo, faz o movimento de pensar sobre o assunto, juntar o que ouve com suas próprias impressões para assim verbalizar sua opinião. Todo esse movimento gera novas necessidades nesse sujeito assim como no pesquisador. O questionário aberto é o

mais usado na pesquisa qualitativa. O questionário elaborado para esse estudo, visava a expressão do sujeito as perguntas combinavam a busca por informação direta e indireta sobre o estudado (GONZALEZ REY, 2005b).

Em sua condição social, o indivíduo é parte de sistemas de reações constituídos nos sistemas de significação e sentido subjetivo que caracterizam a subjetividade social. Esses sistemas representam um momento constitutivo das estruturas dialógicas em que se expressa o sujeito em suas diferentes instâncias sociais; no entanto eles não se impõem como determinantes externos dessas estruturas dialógicas, mas são parte do sentido subjetivo de quaisquer dos momentos de existência social do sujeito, participam tanto os elementos da subjetividade social, quanto os da subjetividade individual, assim como os relacionados com os jogos de comunicação que se dão nos espaços de relação em que ele se expressa (GONZALEZ REY, 2005c, p.38).

Quanto à utilização do complemento de frases consideramos um instrumento muito importante por apresentar indutores curtos o que “permite empregá-los com uma frequência maior, o que auxilia o deslocamento do sujeito com maior facilidade que outros instrumentos, permitindo a expressão de sentidos subjetivos diferenciados em áreas e aspectos muito distintos da vida das pessoas” (GONZALEZ REY, 2005b, p.57).

5.6 Interpretação das informações

A interpretação das informações coletadas tanto nos questionários como no complemento de frases foi feita com base nos autores Gonzalez Rey (2005c e 2005b); Triviños (1987) e Bardin (1977); esse último afirma que tudo que é comunicação é suscetível de interpretação. Inicialmente houve a organização do material e, após uma primeira leitura, passou-se à construção das categorias e indicadores que permitiriam identificar os elementos e processos subjetivos que aparecem nos questionários.

As respostas e opiniões dos participantes serão analisadas a partir do sentido dado por estes. Portanto, o conhecimento gerado, a partir desse estudo, será uma produção resultante da discussão entre sujeitos pensantes do momento social. Nesse sentido, tal procedimento se diferencia por considerar a subjetividade social presente em cada sujeito individual.

6 CONSTRUÇÃO DAS INFORMAÇÕES

6.1 Sujeito 1

Feminino

21 anos

1: Representação do brasileiro atual

Considero que o atual cidadão brasileiro se encontra num contexto muito instável. Por causa do problema do desemprego, por causa do problema da falta de qualificação para o mercado de trabalho, que é concorrido e para poucos. Isso tudo acontece porque poucos brasileiros (minorias) têm acesso a uma educação de qualidade e nem chegam a alcançar o nível superior.

O relato evidencia a importância da estabilidade econômica para o sujeito 1. Sua valoração sobre a estabilidade econômica passa pela educação. A educação é valorizada no processo para alcançar a estabilidade econômica. Nesse caso, a estabilidade é um indicador dentro da categoria de representação do brasileiro atual. Sua resposta deixa claro o sentido subjetivo da educação para ele. A forma como se expressou demonstra uma reflexão sobre esta instabilidade econômica, seus efeitos e a causa. Suas reflexões possuem um certo pessimismo, que pode ser decorrente do momento vivido: um universitário que está na metade de seu curso; está começando a se questionar sobre seu futuro profissional. Tal pessimismo é comum no jovem brasileiro que não vê muita perspectiva de melhora no quadro sócio-econômico do país. O problema é como o jovem tem significado esse momento, que poderia funcionar como uma alavanca para o ingresso na vida política e social do país, mas tem servido como uma barreira, um desestímulo. Isso se confirma na resposta dada a segunda pergunta que se refere ao futuro do Brasil:

Para ser bem sincera não consigo imaginar um Brasil muito diferente dentro de 15 anos. Acredito que os problemas serão basicamente os mesmos. Se eu tivesse uma visão política mais bem fundamentada, talvez pudesse dizer um pouco mais. Alguns problemas se tornarão mais sérios, como a violência e outros talvez mais controlados, como a corrupção. Não tenho muita esperança em relação ao país melhorar. Acho que a tendência é cada um tomar conta de si, dos seus interesses sem se preocupar com a coletividade.

Sua resposta demonstra uma falta de esperança quanto ao país melhorar. A incerteza parece ser um sentido subjetivo. O sujeito 1 possui uma visão da sociedade brasileira como sendo individualista, cada um por si. É algo apenas percebido, mas sem nenhum efeito sobre sua visão de mundo. Isso fica mais evidente no complemento de frase: *desejo sucesso profissional*. Enfatiza a falta de coletividade existente, mas surgem inquietações individuais. Ao afirmar que não possui embasamento apropriado para falar de política deixa claro o fato da política não ser um referente para a ação, e, portanto não se constituir num sentido subjetivo para esse estudante: é sim, algo confuso e difícil de ser discutido. Não surgem grandes inquietações políticas e nem sociais, a união do individualismo e do pessimismo pode tomar forma num sentido subjetivo associado à política muito comum no jovem brasileiro, em que ele tem as informações, mas há a incerteza, que o impede de agir. Esse sujeito também relata em seu complemento de frase que se esforça diariamente *num processo de auto-conhecimento e em ser justa com os outros*; indicando que ele ainda não está pronto, que ainda é imaturo. Portanto, esse individualismo e pessimismo parecem ser uma configuração do momento.

2: Representação dos Estados Unidos

Eu represento os EUA como um país onde as leis são mais respeitadas, onde as leis são mais respeitadas, onde há uma maior noção de cidadania, de respeito ao patrimônio público. Onde existe liberdade de expressão e o respeito a essa liberdade. Acredito que seja uma liberdade construída inclusive dentro das escolas, com as leituras, com as discussões. Ao mesmo tempo em que existem pontos positivos, existem muitos negativos. Vejo os EUA como um país que preza pelo bem-estar da sua população, dos seus direitos, mas que não tem uma reflexão sobre outras culturas. Consideram que a sua própria deve servir de referencia para o mundo. A prova disso é que quando uma país qualquer se manifesta, num sentido de visar mudanças os EUA querem saber o que acontece e se isso vai lhes ser prejudicial de alguma forma.

Sua representação dos Estados Unidos é a de um país ao contrário do Brasil. Lá há cidadania, liberdade de expressão e a escola. Novamente surge como um elemento que para ele faz a diferença, mas sua análise política é estreita, pois a educação não é uma porção mágica que resolve tudo. Às vezes por trás desse discurso se ocultam as outras possibilidades da ação que podem levar as mudanças nas atuais políticas e a uma reintegração da sociedade civil e do movimento político no país. Percebe claramente o etnocentrismo americano que sempre esteve em pauta, porém após o 11 de setembro passou a ser mais evidente ainda. É incomodado com a impressão que os americanos tem do Brasil assim como possui

consciência da hegemonia americana sobre o mundo e a condena. Isso surge claro em seu discurso:

Acredito que seja um povo consciente dos seus direitos e com uma boa noção de cidadania. Mas acho que existe algo de contraditório nessa afirmação porque ao mesmo tempo que tem essa noção dentro do próprio país não tem pensado nas outras culturas. Parece que os americanos têm uma dificuldade em aceitar o que é diferente de sua própria cultura, porque só enxergam a eles mesmos. Não acho que esse problema seja generalizado, mas presente na atitude da maioria. Por exemplo, estive em Washington D.C. durante sete meses, Criei alguns laços de amizade, a maioria estrangeira, Chile, Espanha, Guatemala, Brasil. Tive uma amiga americana que um dia me perguntou: “Você tem internet no Brasil?” E eu respondi: “Sim, claro”. “Nós temos computadores lá, escolas, shopping”. Não me surpreendi muito com a pergunta porque elas são bem comuns por lá. A maioria dos americanos não sabe que se fala português no Brasil, e não espanhol. Eu penso: “Como assim eles não sabem?” O Brasil é o maior país da América Latina!”. Em parte é até compreensível o fato de eles não saberem já que estão tão voltados para eles mesmos.

Novamente surge a questão da coletividade e individualismo. Suas frases estão carregadas de emocionalidade e se posiciona frente ao desconhecimento do outro e frente ao preconceito, demonstrando que possui consciência; possui boa capacidade crítica, o que evidencia elementos que podem ser parte do sentido subjetivo da política. Sem dúvida sua percepção de individualismo e de impossibilidade de mudança marcam o sentido subjetivo da política. Isso se evidencia nos complementos de frases: *amar pensando nos valores que têm cada um* e *meu maior prazer é fazer bem a mim e aos outros*.

3: Futuro

Eu me imagino formada em psicologia, talvez com um curso de especialização e não necessariamente ligado à psicologia, talvez a outras áreas relacionadas. Imagino que eu vá estar empregada, vivendo de aluguel, com um carro popular. Provavelmente já terei um filho. Talvez não esteja em Brasília. Provavelmente casada.

Novamente surge a questão da estabilidade profissional, financeira e familiar. Isso é evidente na seguinte colocação:

Meus estudos têm o papel de garantir que eu seja uma profissional consciente, crítica e respeitadora de outras áreas do conhecimento, mesmo que muito divergente da minha. Deverão permitir que o meu trabalho faça a diferença de alguma forma na vida de outras pessoas, em um sentido positivo, humano.

A sua expressão sobre a família se encaixa na mais conservadora das representações possíveis dentro do ideal burguês de família; pessoa bem comportada, casada, com filho e

carro; sendo um bom profissional; sem nenhum protagonismo social nem político, apenas isso, alguém capaz de reproduzir os modelos que aprendeu. Esta é uma representação política vazia e carregada de um profundo individualismo. Essa expressão em relação a si no futuro é mais reveladora, da ausência de sentido subjetivo associado à política, que todo o mais sobre o que já falou.

Na avaliação da família surge a representação de gênero: Vê-se, no futuro, com uma família já constituída como a maioria dessa faixa etária. Imagina-se vivendo nesse ideal de vida de classe média; com aspirações sempre pessoais não envolvendo as questões do país. Isso é um indicador da paralisia e de uma tendência a adaptação que envolve a maioria dos jovens brasileiros, mesmo tendo boa capacidade crítica, não reage; ao contrário cria muros ao seu redor e desenvolve ‘jeitinhos’ para lidar com o problema. O brasileiro possui a informação, porém não sabe articular essa informação de modo que ela faça sentido e assim altere suas ações. Surge aqui o processo institucionalizado, sua subjetividade social.

Desejo ser uma pessoa cada vez mais consciente das minhas capacidades e limitações assim como as dos outros. Que eu saiba respeitar o outro como diferente de mim e valorizar isso. Desejo realizar um trabalho que seja reconhecido e possa fazer a diferença para alguém. Desejo ser uma pessoa bem-sucedida, respeitada, valorizada. Ter um trabalho do qual goste. Ter filhos, uma vida confortável, poder viajar para outros lugares, valorizar outras culturas.

É interessante como surge novamente a vida afetiva, a constituição de sua própria família. Reconhecimento e respeito são elementos dos sentidos subjetivos importantes que permeiam suas colocações. Isso é mais uma indicação de que seu ideal reflete o que existe de mais comum entre os jovens brasileiros de classe média; reflete também a incerteza vivida por esses jovens diante do atual quadro instável na política brasileira.

4: Contradições da sociedade brasileira

Uma bem evidente para mim, que faz parte do meu contexto, é o fato de as universidades públicas abrigarem, em sua maioria, muitos estudantes de classe média, com um bom poder aquisitivo. Na verdade é contraditório, mas totalmente lógico. Se somente uma pequena parcela da população tem acesso a ensino de qualidade então, inevitavelmente, serão os únicos que terão a bagagem necessária para cursar um ensino superior. Não me refiro aqui à capacidade, mas conhecimento específico para realizar um concurso de vestibular. Outra bem conhecida é a da responsabilidade pelos seus atos. Todo brasileiro se considera correto, íntegro, solidário. Contudo quando precisa se comprometer com algo ou fazer um favor arranja uma desculpa qualquer. Que está passando mal, está cheio de coisas a fazer, não tem tempo; ou que é melhor pedir para outra pessoa, que sabe mais. Ninguém quer se comprometer com questões que não dizem respeito ao próprio interesse. Se eu não vou ganhar nada fazendo isso porque fazer, perder meu tempo.

Possui uma visão crítica da sociedade brasileira e novamente surge a questão da educação. Critica o vestibular como não avaliador da capacidade e sim da quantidade de conhecimento específico armazenado. Tem consciência dos efeitos da desigualdade social sobre o acesso a educação. Sua representação de universidade pública é como da maioria dos jovens brasileiros: ensino gratuito e de boa qualidade. Em contrapartida, sabe que sua capacidade não é inferior a dos alunos de universidade pública, uma vez que afirma que o vestibular não avalia a capacidade. Novamente surge a importância do financeiro e da educação como indissociáveis e, o que é mais importante: até o momento surge mais um sujeito feito pela sociedade e não um sujeito que também pode intervir em todos esses processos. Há, em todo o seu discurso, um indivíduo, mais passivo.

5: Brasil versus América Latina

Não tenho uma opinião profunda de política sobre isso, mas acredito que o Brasil sofre de um sério problema de administração. Somos um país rico que não sabe o que fazer com tanto dinheiro.

Nessa categoria também surgem elementos do sentido subjetivo do financeiro como o fator mais importante; como sinônimo de competência e prosperidade. Significa dizer que o Brasil tem dinheiro, mas falta capacidade para geri-lo. Aqui se confirma o sentido subjetivo da maioria, o Brasil como o país grande e farto da América Latina; é o sonho do brasileiro que está sempre na eminência de se concretizar. O sujeito 1 se posiciona consciente dos problemas sociais gerados pela desigualdade social, isso fica ainda mais evidente no seu relato sobre o que seria indispensável para o bom funcionamento da sociedade brasileira:

Investimento em educação, projetos de conscientização da população, economia voltada aos interesses prioritários do país.

6: Principais temores

Que o individualismo se torne cada vez mais exacerbado, tornando o mundo cada vez mais competitivo, mais voltado para a promoção individual, sem preocupação com o próximo, com as questões sociais. E acho que isso já está acontecendo.

Nesse seu relato, surge um pequeno conflito que futuramente pode levá-la a se colocar mais como sujeito. Coloca-se como temerosa de que o individualismo ao seu redor cresça ainda mais, pois é afetivamente ligada a uma rede social. Entretanto possui o desejo de se

envolver com as questões sociais. O fato de estar no campo do desejo significa que ainda é algo distante, mas que não é inexistente.

7: Família

Avalio meus pais como duas pessoas bem-sucedidas profissionalmente e intelectualmente. São mais apegados em ter uma vida confortável e com certos prazeres a ganhar muito dinheiro. São pessoas bem informadas, conscientes, dotados de uma personalidade marcante. Pessoas que respeitam o outro. Que têm uma noção de justiça e sabem ser justos e íntegros nas suas relações sociais. São pessoas sensíveis àquelas menos favorecidas, mais carentes. São interessadas e vivem numa busca incessante de conhecimento.

Apesar de demonstrar uma certa discordância com o modo de vida dos pais com a questão financeira e a busca incessante de conhecimento. Aqui fica esclarecido o motivo da estabilidade econômica ser um dos seus núcleos de subjetividade. Esse é alimentado por suas experiências em família. O sujeito 1 representa exatamente a continuidade do que seus pais são: portadores de uma estabilidade financeira e “mais apegados em ter uma vida confortável e com certos prazeres a ganhar muito dinheiro”. Essa frase, mesmo que dita por um aluno só, é algo que distingue as classes média e alta brasileira: o essencial é ganhar muito dinheiro para consumir muito, no que se fecha um ciclo essencialmente individualista, onde a política não representa nada, pois no fim das contas “não preciso dela para viver bem”.

8: Afetividade

Admiro meu namorado. É uma pessoa educada, íntegra, dedicada, sensível e inteligente. Possui valores que foram se perdendo ao longo do tempo. O valor de uma amizade sincera, o de cumprimentar pessoas na rua e dizer bom dia, respeitar os pais; ter paciência e tolerância em relação aos mais velhos; valorizar o trabalho sendo sempre correto, fazendo sua parte e respeitando mesmo aqueles que não se identifica ou mesmo aqueles que lhe faltam com o respeito (claro que tudo tem limite, depende do tipo de desrespeito!). Não fala mal da vida alheia, se preocupa com suas próprias com suas próprias questões. Tem uma personalidade forte e não se importa com o que os outros irão pensar, mas respeita a opinião alheia. Enfim, uma pessoa com um caráter e uma personalidade forte, com valores e princípios bem formados.

Nesse trecho se confirma a importância da questão familiar como um núcleo de sentido subjetivo forte já salientado. Surge novamente a questão do gênero: deseja formar uma família como a maioria da sua faixa etária. Está ainda ligada aos valores mais conservadores da sociedade, assim como a maioria dos jovens brasileiros. Mesmo que tendem demonstrar o contrário, suas ações os denunciam; como afirma Velho (1999, apud Gonzalez

Rey, 2005a), as relações com as instituições preexistentes vão mudando à medida que o sujeito se torna cada vez mais sujeito, mas não necessariamente desaparecem.

Conclusão

Na forma aprofundada como se deu a interpretação dessas informações foi possível visualizar algumas questões de interesse para o problema que colocamos. Entre as questões que nos parece ser mais relevantes, destaca-se a valoração da estabilidade econômica assim como da educação, mas a segunda somente no processo para alcançar a primeira. Fato que é inculcado nas nossas cabeças desde a infância. A própria instituição educacional é responsável por esse sentido subjetivo. Como a estabilidade econômica é muito valorizada e o país vive uma realidade de instabilidade, inclusive financeira; o pessimismo e a incerteza são comuns. Por ter sempre negligenciado as questões política e social, estas não figuram entre as principais preocupações dos jovens e o que poderia funcionar como uma alavanca para iniciar mudanças tem servido como uma barreira e um desestímulo.

O individualismo e a impossibilidade de mudança marcam o sentido subjetivo da política. Observa-se que possuem clareza do que deve ser mudado, mas estão aprisionados em um modo de vida que representa exatamente a continuidade do que seus pais são. Isso demonstra falta de autonomia e impossibilidade de reflexão consciente.

6.2 Sujeito 2

Feminino

22 anos

1: Representação do brasileiro atual

Eu avalio o atual cidadão brasileiro como esquecido. Por um momento pensei em acomodado ou apenas sofrido, mas acho que lutamos e reivindicamos. Estamos acostumados a uma velocidade como as coisas ocorrem, só que assim como elas ocorrem repentinamente, a indignação também ocorre. Quase ninguém mais se lembra ou comenta, como se faz na época do dinheiro na cueca de um “digníssimo” político. Os meios de comunicação também têm grande influência nisso, a forma como passam os ocorridos e até mesmo na seqüência em

que são mostrados, cada dia é um ocorrido diferente que ao invés de se acumularem em nossas memórias, apenas são substituídas.

Um elemento novo que surge nesse relato é a influência da visão midiática na subjetividade social. O sujeito 2 demonstra que tem consciência do poder da mídia sobre o brasileiro e seus processos subjetivos, para ele o grande freio do brasileiro parece ser o poder midiático. Coloca a mídia como a memória do brasileiro; é quem determina a prioridade do momento e também, o que deve ser esquecido. O sujeito 2 se coloca como parte do povo que para ele, luta e reivindica; sua fala é permeada pela afetividade. Ele justifica o brasileiro; tudo ocorre muito rápido e ao mesmo tempo, isso, ajudado pela mídia, possibilita uma substituição de acontecimentos e não um acúmulo que poderia culminar com uma ação mais eficaz. Sua justificativa vem reafirmar que o brasileiro, no geral, possui informações, porém não faz conexões com estas informações. E ainda tem a mídia que tem a função de estar sempre substituindo estas informações por outras, ou pior, fazendo com que estas chegue de forma a não fazer sentido para a grande maioria. Surge também o pessimismo em relação ao futuro:

Tenho medo, mas tento ser otimista; então que esteja, ao menos, com uma educação digna.

Surge a educação cuja função é somente permitir a mobilidade social. Novamente o sujeito 2 fala de seus sentimentos, ele sente o social; por isso o medo. Se expressa de uma forma que evidencia sua incerteza. O pessimismo quanto ao futuro, ele tenta transformar em otimismo. No complemento de frase: sempre quis *fazer a diferença naquilo que acredito*; surge um sujeito que pode estar envolvido com o social, entretanto mais uma vez pode ser afirmado que o brasileiro tem as informações; entretanto, ele não consegue articulá-las. Essas são como as peças de um quebra-cabeça, fora dele não fazem nenhum sentido, ou, o sentido é um outro que não causa nenhum impacto em suas ações.

2: Representação dos Estados Unidos

Um país que possui muita força, mas que é uma pena que alguns de seus pertencentes usufruam desse poder de forma repressora, desigual e principalmente trágica e cruel.

Para o sujeito 2 os Estados Unidos representa o que é um país forte. Sua visão sobre os Estados Unidos é bem a visão dos filmes de Hollywood: um país forte e frio. Atribui essa frieza a algumas pessoas não a sociedade americana como um todo. Veja como isso é reafirmado de forma mais clara na sua declaração seguinte:

Não acho que possa falar por todos os “norte-americanos”, mas sinto que falta humanismo por grande parte.

3: Futuro

Imagino-me com trabalho e financeiro estável, fazendo algo que eu realmente me realize, podendo fazer algo por outras pessoas também. Me imagino casada e filhos; por fim uma vida estável.

Constatamos nessa declaração a questão de gênero. Veja que a atuação do sujeito é, mais individual que social. Surgem questões pessoais perpassadas pela subjetividade social. Deseja o que todos desejam: casar, ter filhos, trabalhar e, enfim, ter estabilidade. Assim como a estabilidade era um núcleo de sentido subjetivo para o sujeito 1, é também para o sujeito 2. E esta estabilidade aparece novamente relacionada a família e ao financeiro. Isso se deve exatamente pela instabilidade do país. O povo busca estabilidade exatamente porque não a possui. Isso surge novamente nessa próxima colocação sobre o futuro:

É um pouco vago, mas desejo ser insubstituível e fazer diferença e não número.

Sabe que existe a instabilidade e se coloca diante dela. Entretanto o sujeito 2 no complemento de frase coloca que seu desejo é: *a estabilidade em todos os aspectos da minha vida*. Portanto, busca a estabilidade financeira, social, emocional, psíquica, enfim ela quer estabilidade para viver. Mas mesmo em um ambiente instável, afirma que não quer ser mais um, mas quer o seu lugar, quer ser sujeito de sua própria vida; coloca como seu maior prazer *surpreender*. Isso indica um possível elemento de sentido subjetivo de luta para se desenvolver; uma busca por aprimoramento, o que é muito positivo. Em um complemento de frase o sujeito 2 coloca que se esforça diariamente *para não exigir tanto de si e de outras pessoas*; indicando novamente sua busca por desenvolvimento. Indica uma vontade de sair do círculo vicioso no qual ainda se encontra: a importância de viver somente por um reconhecimento pessoal.

4: Contradições da sociedade brasileira

De todas a que mais me indigna é a insegurança, não se pode mais confiar, porque tudo pode ser corrompido, então em último caso, recorrer a justiça não significa, muitas vezes nada mas sim os contatos que você pode conseguir. É por exemplo uma polícia corrupta procurando defender seus bolsos ao invés daquilo que deve ser feito...

Um outro elemento de sentido subjetivo que surge é sua indignação com a corrupção; sua posição pessoal frente a algumas ações do Estado. Demonstra seus sentimentos frente a essa situação calamitosa vivida no Brasil; onde o Estado não trata todos de forma igual. É um Estado presente somente para alguns. Sua posição pessoal é definida, se coloca como indignada diante desses fatos. Entretanto, não há nada em seu relato que indique estar nos seus planos fazer algo para mudar tudo isso que a está deixando indignada. Esta é a grande questão: todos se colocam contra a corrupção, os desmandes dos governantes e o Estado ausente; porém, não há uma ação efetiva, não há nada organizado contra tudo isso. O brasileiro faz uma revolução de palavras e ainda, num tom bem baixo.

5: Brasil versus América Latina

Com relação a recursos, creio que favorecido.

A visão que o brasileiro tem de seu país na América Latina é algo que faz parte da subjetividade social; vê o Brasil como o país favorecido com relação aos recursos, nada mais. Em seguida surgem vários elementos subjetivos do sujeito 2: a importância da coletividade, honestidade, respeito. Novamente surge a educação como o que possibilita a mobilidade social, fato que vem até o momento se tornando cada vez mais evidente.

A honestidade daqueles que recorremos quando é preciso. O respeito, que está quase por terminar e uma boa educação, isso faz a reflexão e a sabedoria.

6: Principais temores

A instabilidade do mercado onde tudo é substituível e a injustiça.

Abrolha novamente o núcleo de sentido subjetivo referente a instabilidade, conforme já discutido. A estabilidade financeira é considerada algo muito importante. Surge a emoção. Não quer ser um objeto que pode ser facilmente substituído e considera isso injusto. Quer ser sujeito de seus processos, a possibilidade de ser visto como sujeito. É provável que esteja falando da questão de gênero também. Mas se coloca em uma condição passiva, até o momento somente quer; mas é muito positivo essa sua reivindicação do seu lugar no mundo.

7: O papel dos estudos

Exercem papéis indiscutivelmente fundamentais, aquilo que eu desejo/sonho fazem parte daquilo que sou.

Esse trecho é mais um indicador da importância da posição que o indivíduo ocupa na sociedade. Mais uma vez fica evidente a inter-relação entre a subjetividade social e a individual. A sociedade brasileira produziu um sujeito idealizado por ela, assim como o brasileiro vive na sociedade que ele produziu. O sujeito 2 se coloca no mundo com todos os seus sonhos e desejos, sendo que esses foram produzidos no meio social; portanto ver a educação como instrumento de mobilidade social e; sonhar em ter carros, viagens e uma bela casa é sonhar o sonho massificado. Essa é a realização que os outros desejaram, faz parte da subjetividade social. Mas, não é possível se sentir realizada como o sujeito 2 deixa transparecer em seu complemento de frase: *amar faz a gente crescer e ser flexível, sonhar e buscar realizar*; se nos contentando apenas em sonhar os sonhos que outros planejaram para nós.

8: Família

O sujeito 2 não citou a família, entendeu que a pergunta era sobre seu país e assim respondeu:

Eu amo esse país com toda essa bagunça, porque acredito que é daí que se desenvolve e dá valor as conquistas. Um país com um potencial enorme e com alguns tomates estragados.

A sua família não surge como algo importante nesse contexto. Fica evidente que não fazia sentido para o sujeito número 2, uma pergunta sobre sua família, uma vez que o tema é o país. Quanto ao país, definiu que é uma bagunça; mas com potencial. O brasileiro ama o Brasil, mas não entende que precisa participar para que haja desenvolvimento efetivo.

9: Ideal de pessoa

Meu pai. Porque até as coisas das quais não admiro, servem de exemplo pra aquilo que eu sou e quero ser. Ele possui uma forma peculiar de ver determinadas coisas e é surpreendente.

O elemento de sentido subjetivo para o sujeito 2, esta encoberto na fala sobre a maneira peculiar de ver as coisas que ele admira em seu pai. É possível que esse sujeito seja alguém que veja que em toda e qualquer experiência tem algo que serve para o

desenvolvimento. Interessante como seu pai surge como seu ideal de pessoa, exatamente por seus elementos subjetivos; por sua forma de resignificar, ou não, certas coisas.

Conclusão

A partir do aprofundamento que houve nestas interpretações, é possível perceber mais alguns elementos subjetivos que constituem a visão política do brasileiro a partir do universitário. Surge a influência da mídia sobre a construção da subjetividade social. Há uma naturalização dos acontecimentos, que se dá pela falta de memória do brasileiro e da subordinação ao imediatismo. Aliado a isso, está a atuação do sujeito; é mais individual que social. Os desejos pessoais, trabalhar em busca de estabilidade, prevalecem totalmente sobre o sentimento de nação. Alguns, como esse sujeito, deixam transparecer um certo desejo de sair desse círculo vicioso no qual se encontra; o fato de existir esse desejo já é algo positivo. Surge a indignação com a corrupção e a importância da honestidade e do respeito, um indicativo de que se tem uma percepção dos problemas sociais.

Interessante como a família surge forte como ideal de pessoa. Fato que a coloca como um núcleo importante na vida das pessoas; mas indica também que há falta de outros modelos, a serem seguidos, na sociedade. O que explica a dificuldade de fazer diferente dos pais.

6.3 Sujeito 3

Masculino

36 anos

1: Representação do brasileiro atual

Avalio como um cidadão passivo, inerte, que não se posiciona de forma crítica e reflexiva frente aos desmandos nacionais. Acredito que o principal aspecto é o conformismo. Basta ver o que tem acontecido na política, saúde, educação, segurança, transportes... e nós não nos movemos.

Surge como elemento de sentido subjetivo o conformismo que é visto como aquilo que impede o brasileiro de ser sujeito. Para o sujeito 3, além da educação é importante também

saúde, segurança, política e transporte. Ele não vê um bom futuro para o país a menos que haja mudanças que devem começar por ele:

Do jeito que estamos indo não consigo vislumbrar algo de produtivo caso não ocorra uma mudança de posicionamento dos brasileiros, a começar por mim.

Nesse trecho inicial já surge a questão da coletividade. Até o momento todos os sujeitos trazem elementos sobre a importância do pensar na coletividade para a transformação do social; como caminho para a mudança, o sujeito 3 também reforça isso. Além disso, evidencia uma preocupação em ser sujeito de seus processos, isso é claro em um complemento de frase: *Esforço-me diariamente por ser uma pessoa que faz uso de capacidade de reflexão.*

2: Representação dos Estados Unidos

Como um lobo à caça de raposas que continuam insistindo em ser raposa e alimentando no lobo 2 idéias de que ele é “realmente” um lobo.

Usou uma metáfora para explicar o sentido subjetivo que tem para ele os Estados Unidos. O mal disfarçado de bem, o Leviatã. É interessante como todos os sujeitos vêem contradições na forma de fazer política dos Estados Unidos.

Credores de que são os donos da verdade, de que produzem o que é o melhor para o mundo e de que existem eles e o “resto” do mundo.

Parece que aqui surge mais um elemento de sentido subjetivo: o etnocentrismo. Também essa categoria não surge pela primeira vez com esse sujeito. Mas ele fala mais claramente sobre isso, sua afetividade emerge. O sujeito 3 demonstra sentir raiva pela forma como os EUA lida com o restante do mundo. Conforme Gonzalez Rey (2005b, p. 148), “todo afeto intenso produz vivências e emoções como a dependência e a insegurança, que podem ser significativas, sem que isso signifique que a pessoa seja dependente ou insegura”.

3: Futuro

Imagino-me com o meu doutorado concluído e conseguido ser um sujeito gerador de alternativas tanto no espaço social quanto individual.

Surge nesse trecho o sentido subjetivo da educação como instrumento transformador tanto do individual quanto do social. Isso também surge no complemento de frase: desejo

seguir na carreira acadêmica. Não surgiu, nessa categoria de *futuro*, o sentido subjetivo da busca pela estabilidade financeira. Ele encerra essa categoria com a seguinte frase:

Acredito que ser uma boa pessoa com capacidade de reflexão.

Nessa frase ele resume sua busca: quer ser mais sujeito ainda. Essa é sua busca. É provável que ele já tenha alcançado a estabilidade financeira ou pelo menos no momento não considera essa busca como algo importante. Sua busca é por conhecimento e não por estabilidade financeira.

Ao completar a frase: *meu maior prazer é vencer os obstáculos*; parece confirmar que já está acostumado a vencer obstáculos ou, que já venceu vários o que demonstra mais experiência. Não surgem questões de gênero; o sujeito 3 fala de amar *as pessoas*; esta expressão ganha um significado mais geral, como o sentido que há na frase bíblica. Isso fica mais evidente quanto ele complementa: *sempre quis ser útil ao próximo e a mim mesmo*. Até a ordem usada por ele é a mesma do sentido bíblico; é provável que surja aqui, pela primeira vez, o sentido subjetivo da religiosidade. O brasileiro é um povo muito religioso e nossa vida assim como nossa individualidade se constrói a partir das nossas relações sociais mesmo que delas não tenhamos consciência. É o sujeito 3 o que mais se importa com o social; ele traz as questões sociais em vários de seus relatos.

4: Contradições da sociedade brasileira

As desigualdades quanto à educação; a péssima distribuição de renda; a justiça sendo feita de forma a atender as classes dominantes; a insegurança para aqueles que não dispõem de recursos para pagar por segurança privada.

Parece surgir mais elementos subjetivos: a desigualdade social que se perpetua por não haver oportunidades iguais para todos; a insegurança muito presente no cotidiano e a justiça que é feita para atender somente alguns. Surge novamente a coletividade como bem maior e a educação surge de uma forma diferente com o sujeito número 3.

5: Brasil versus América Latina

Em relação a outros países vejo que há áreas em que não estamos tão mal e outras em que a situação é séria.

O sujeito 3 coloca o Brasil como todos os outros países: tem coisas não tão ruins e outras ruins. Fala de um Brasil, em relação ao resto do mundo, emperrado:

Participação ativa, crítica, reflexiva da sociedade. Uma sociedade com capacidade de se indignar e se posicionar no sentido de lutar contra tudo o que tem emperrado o Estado brasileiro.

Para o sujeito 3 as mudanças não virão sem a participação do cidadão, por isso reivindica a participação de todos, chama para a luta contra tudo que emperra o Brasil. Sabe que precisará de muita luta e não de apenas palavras. Ainda o trabalho não surgiu como algo importante. É provável que seja um sujeito já realizado profissionalmente.

6: Principais temores

Uma guerra civil; desemprego; Falta de acesso à saúde e educação.

Surge mais um elemento de sentido subjetivo: o temor por uma guerra civil. Isso significa que ele acredita que possa haver uma guerra civil, mesmo considerando o brasileiro conformista. Não especifica de onde pode surgir esse movimento, mas faz parte de seu sentido subjetivo essa possibilidade. Até então não havia citado a questão profissional, entretanto, ela surge como um dos seus principais temores; ele não busca realização profissional, já a possui e teme perdê-la.

7: O papel dos estudos

Fundamental, pois tem sido um instrumento de descobrimento, conhecimento quanto à complexidade que rege a dinâmica da relação do sujeito com os diversos espaços sociais e assim me permitido tomar minhas decisões e não ser levado pelos discursos hegemônicos.

Coloca a importância que os estudos tiveram em sua própria condição de sujeito. Coloca a educação como meio de adquirir visão crítica e autonomia. Fica clara a transformação ocorrida na sua forma de ver a constituição do social. Fala de emoção e tensão. Conforme Gonzalez Rey (2005b), esse sujeito possui motivação social.

8: Família

Pessoas em que as suas fraquezas não ofuscam o fantástico que há neles.

Sua visão é de um sujeito contraditório, não há mais a dicotomia entre o bom e o mau. Vê um sujeito fantástico exatamente porque encerra nele a contradição. Na verdade, nesse trecho, ele continua falando sobre sua transformação em sujeito, iniciado na categoria anterior: *o papel dos estudos*.

9: Ideal de pessoa

Sim. Meus pais.

O sentido subjetivo da família surge. O interessante é que ele poderia ter como seu ideal outras pessoas, até mesmo por ser alguém com mais experiência e por seu conhecimento adquirido; entretanto, até mesmo por sua posição de sujeito de seus processos, ele voltou em sua origem. Tem como ideal de pessoa aqueles que o iniciaram nos espaços de relação, confirmando o que declara Gonzalez Rey (2005a, p. 209), “a configuração de um espaço da subjetividade social nos dá visibilidade sobre outros”.

Conclusão

A partir da interpretação de todos os relatos desse terceiro sujeito é possível visualizar, como elemento subjetivo presente na visão política e social do universitário brasileiro, o conformismo como um dos principais fatores que impede o brasileiro de ser sujeito nos seus processos. Esse surge, de uma forma ou de outra, em todos os relatos estudados, sobre o próprio brasileiro. O que evidencia que se tem percepção social do problema, mas há uma ausência da dimensão do que constitui realmente a política e o social. Estas questões, não figuram entre as preocupações das pessoas, que vivem de forma individual, centradas em uma visão somente de profissão e família.

6.4 A Configuração da expressão grupal

Nesse tópico em sentido geral, considerando todos os outros 22 sujeitos que prontamente responderam ao questionário, destacando aspectos com base nos objetivos desse estudo.

Passaremos a apresentá-los de forma grupal. Após a leitura de todos os questionários foi possível verificar que há muitos aspectos que legitimam questões já apresentadas sobre o jovem brasileiro, as quais chamaremos de tendência. Isso reafirma mais uma vez que “a subjetividade social atravessa de forma permanente a individualidade, razão pela qual a subjetividade individual pode gerar novos sentidos subjetivos segundo o espaço social em que a ação do sujeito acontece” (GONZALEZ REY, 2005, p. 41).

Expressou-se de forma clara, uma tendência ao **individualismo**, pois os sujeitos se mostram, em geral, não preocupados com as questões sociais ou políticas efetivamente. Somente uma minoria se coloca inserida em um contexto social e político. Em muitos questionários surgiu a questão *sucesso profissional*, o medo de acontecer ao *seus*, desejo de estar com os *meus* e ter *minha* independência. Fica claro o individualismo do brasileiro que demonstra não estar habituado a pensar levando em conta o coletivo; como alguém que pertence a um grupo, mas sim como indivíduos isolados uns dos outros; segregados. Veja as expressões usadas pelo sujeito 4 e 18: *Desejo tudo de bom para meus filhos; sempre quis ter uma família e independência financeira.*

As subjetividades social e individual constituem-se mutuamente. Não é possível considerar a subjetividade de um espaço social desvinculada da subjetividade dos indivíduos que a constituem; do mesmo modo, não é possível compreender a constituição da subjetividade individual sem considerar a subjetividade dos espaços sociais que contribuem para a sua produção. (MITJANS, 2005, p. 20).

O individualismo parece surgir como uma categoria da subjetividade na maioria dos questionários; confirmando que o brasileiro apesar de ser conhecido por sua cordialidade, não se coloca como parte de um grupo, mas sim de forma individual. Até mesmo o conhecido ‘jeitinho’ do brasileiro é uma confirmação dessa característica individualista; não há o respeito pelo outro, não se considera o outro a não ser que esse seja da família ou do ‘grupo de dentro’.

O sujeito 5 se expressou quanto ao futuro assim: *me imagino formado, não sei se estarei atuando como psicólogo, mas espero estar trabalhando, casado, com filhos ter a minha casa e o principal estar com saúde.* Há aqui a preocupação com ele mesmo, há pouca esperança em relação ao país; não há nem mesmo a certeza de que estará trabalhando ou terá sua própria casa. Sua única certeza é a de que estará formado que é algo que se concretizará em um curto espaço de tempo – surge o imediatismo, também presente de forma direta e indireta em vários outros relatos. O sujeito 5 demonstra preocupação com sua saúde que é enfatizada em dois complementos de frases: desejo *ter saúde para conseguir tudo o que almejo* e; sempre quis *ter saúde*. Parece-me que vivenciou alguma experiência relacionada a

falta de saúde ou pelo menos, se sente, no momento, com uma saúde frágil. Num outro complemento de frase: amar *a minha família (eles acima de tudo) e a vida!* Novamente esse sujeito fala como se não tivesse muita vida sendo que se trata de um jovem de 23 anos de idade. Ao completar a frase sobre seu maior prazer o sujeito 5 responde que *no momento é se formar*, algo que ocorrerá em um curto espaço de tempo. E ele afirma que: *esforça-se diariamente para continuar a educação que a minha família me deu*. Em mais de uma colocação surge a importância que a família tem para ele. O brasileiro valoriza muito a família; mas aqui pode estar relacionado também com sua percepção sobre saúde. Portanto, no caso do sujeito 5, o individualismo pode ter um outro sentido subjetivo.

O sujeito 12 também se manifestou e se incluiu ao representar o brasileiro como individualista: *diante das corrupções mostradas e comprovadas, nós, me incluo, não fazemos nada*. Nessa resposta está claro o ‘cada um por si’ e a não organização da sociedade para um fim comum; mas o mais interessante é que ele possui consciência de que não faz nada. E ao responder o que considera indispensável para o bom funcionamento da sociedade brasileira, ele coloca que é a honestidade; sendo assim é coerente, assume que sabe, mas esse saber não altera suas ações. Não é feita conexão entre os acontecimentos do passado e presente para assim, ser possível uma estimativa de futuro com relação às questões políticas e sociais. Não há uma percepção de como o sujeito é influenciado na mesma medida que influencia o social. Vive-se excluído e isolado centrado numa visão fechada de profissão e família.

Há uma orientação crítica em relação ao brasileiro de forma geral. A maioria está consciente da **passividade do brasileiro**, mas isso não altera suas ações, exatamente porque não há nenhuma conexão entre as informações, fato que impede a alteração do modo de vida. Portanto, ter as informações e não saber articulá-la não resolve. Vivemos em um mundo onde há uma diversidade de informações e valores, e assim é exigido do indivíduo, cada vez mais, decisões rápidas e postura crítica; para isso é necessário saber se colocar como sujeito e, capacidade para se articular. Nesse sentido, está o brasileiro, mais uma vez, fora de contexto. A educação recebida pela grande maioria favorece a passividade. O sujeito 16 expressa-se diante da pergunta sobre a avaliação do atual cidadão brasileiro, da seguinte forma:

Frouxo, pacífico, conformado com a crise da naturalização das desigualdades sociais presentes em nosso país.

Diante da mesma pergunta, o sujeito 25 expressa-se assim:

Em processo de aprendizagem do que compõe o papel de cidadão; mais especificamente, aprendendo o que é ser cidadão! Penso que os aspectos mais marcantes da situação social,

presentes na representação deste sujeito são, por exemplo: imediatismo exacerbado, ausência de uma postura de co-responsabilidade (que estrutura o ser-cidadão); confusão diante das atuais mudanças de valor (comumente simplificados e mal interpretados como ausência de valores), situação que contribui ainda mais com a dificuldade desse ao construir esse papel de cidadão, tendo em vista que nesse mesmo momento de construção de um papel pouco desempenhado por esse, se vê imbuído da necessidade de apresentar-se de maneira crítica e reflexiva na desconstrução de valores anteriormente defendidos (tendo de rever a tradicional situação mundial).

Na resposta do sujeito 25, observa-se uma preocupação com relação à postura do brasileiro; deixa transparecer um pouco de esperança. Ele afirma que o brasileiro está em um processo de aprendizado; porém, cita o momento mundial atual como um fator complicador. Esse jovem expressa seu envolvimento com essa situação, pois ao mesmo tempo em que critica, percebe que há algo de bom sendo feito; apesar de não saber se vai dar certo, uma vez que há complicadores.

Apesar de haver um mal-estar geral sobre a forma como o brasileiro tem se conduzido frente às questões do país e do mundo, não há um envolvimento dos jovens brasileiros com as questões sociais do país. Eles falam da esperança, mas se baseando nas expressões da mídia; parece ser apenas mera repetição. É algo que faz parte da subjetividade social do brasileiro que fica evidente no relato do sujeito número 6: *um povo que tem muita esperança de ter uma vida melhor*. Ele fala da esperança de mudança nas pessoas; mas não se envolve, não há evidências de que ele quer participar dessa mudança.

Surge muito forte o **desejo de um país mais justo**. O sujeito de número 6 traz a seguinte expressão: *desejo viver em um país mais justo*. Em um outro momento no questionário ele traz: a questão de admirar *o pai porque acha ele muito justo*. A busca por justiça denota que há injustiça no presente. Ao responder sobre seus principais temores, esse mesmo sujeito relata: *que a corrupção nunca acabe*. Sem nenhuma exceção todos sentem que convivem com a injustiça, que é substituída em alguns questionários por desigualdade social. Nesse tema, as informações trazidas foram todas claras e objetivas: todos querem um país mais justo. Entretanto, isso é esperado como um milagre, como algo que o outro vai providenciar.

Uma outra tendência observada nos questionários é a **admiração pelos próprios pais**. O sujeito 22 respondeu a questão que perguntava se ele admirava alguém de forma particular da seguinte maneira: *Minha mãe! Impressionantemente grande mãe, mulher, mulher de negócios e amiga*. O sujeito 23 respondeu: *Meu pai. Sozinho sustenta a família e faz o possível para vivermos bem e confortavelmente*. O sujeito 6 respondeu da seguinte forma: *Meu pai porque acho ele muito justo*. Isso demonstra ser na família onde os jovens vivem

mais intensamente seus afetos. Demonstra também que não há, em outros setores da sociedade, referenciais para os jovens, o que é negativo; pois significa que além dos pais, os jovens não têm mais em quem se espelhar. Desta forma significa que as instituições não são referências. Isso evidencia a fragilidade da sociedade brasileira e do próprio Brasil como nação. Não houve uma homogeneidade quanto à admiração pelos pais; alguns poucos sujeitos admitem admiram alguém, mas não citam a pessoa admirada o que confirma a evidência de que há uma carência de modelos, uma dificuldade em encontrar modelos admiráveis. Isso confirma a carência de líderes no país.

A quinta tendência observada é a **visão dos Estados Unidos como dominador, como escravizador**, isso é claro em todos os questionários. Assim, por exemplo, o sujeito número 12 ao responder a pergunta sobre como representa os Estados Unidos, se expressou dessa forma: *como um país que quer dominar os demais, para prevalecer na superioridade*. Sua opinião sobre os norte-americanos é a seguinte: *os acho frios, calculistas e com um ar de superioridade*. O sujeito 14 respondeu a essa mesma pergunta da seguinte forma:

Como um centro sugador de recursos, de conhecimentos, de profissionais, e um centro de poluição, desrespeito aos outros países, são extremamente capitalistas e centralizadores, acabam por dirigir e manipular o mundo, os exemplos de ser humano são os piores, diria que é uma comunidade em decadência moral que dissemina isso aos outros países, como exemplo exatamente por ser um centro.

O sujeito 24 respondeu a essa pergunta assim: *como um país que quer dominar o mundo*. As respostas estão simbolicamente carregadas, todas parecem ter elementos de um sentido subjetivo de relação assimétrica, todas manifestam processos socialmente estruturados. Esses processos remetem ao próprio modo de colonização do Brasil. Observem a expressão usada pelo sujeito número 16 ao responder a questão sobre os Estados Unidos, ele disse: *nosso verdadeiro presidente*. Há uma referência direta sobre o Brasil manter-se como colônia, mas não mais de Portugal, e sim, dos Estados Unidos. Surgem dúvidas quanto ao Brasil como nação, isso surge indiretamente, são os não-ditos que existem em cada brasileiro e que ganha legitimidade porque surge em todos os questionários. Isso é grave, pois indica que o povo não acredita que os governantes são capazes de defender o país e mesmo assim continuam todos passivos.

Outra tendência geral apresentada é a **incerteza** quanto ao futuro. Sem nenhuma exceção, em todos os relatos surge a incerteza quanto ao futuro. O sujeito 21 se expressa da seguinte forma diante da pergunta nove que diz respeito aos seus principais temores:

Que nós humanos não tenhamos aprendido com nossos erros do passado; temo que não tomemos atitudes ante as questões globais e ambientais que têm gerado polêmica; temo pelo aumento das guerras, da violência como um todo; temo uma ainda maior troca de valores e virtudes; temo a infelicidade.

É interessante como o sujeito 21 se posiciona frente às questões do passado, presente e futuro do país. Ele é um dos poucos que se inquieta e que chama para a ação; sua emoção está presente e parece não haver passividade, talvez seja por isso que ele termina dizendo que teme a infelicidade; pois sabe que é minoria. Algo que merece ser evidenciado é uma fala desse sujeito que revela o valor da informação espontânea para a pesquisa: *“é difícil encontrar com quem conversar realmente”*; essa fala é mais um indicador de sua consciência crítica, perspicaz e autêntica, porém quase única. O temor e a incerteza estão presentes em todos os questionários; sendo que, na maioria de uma forma direta e, em alguns poucos de forma indireta. O sujeito 21 é, ao mesmo tempo, estudante da universidade particular e da pública.

É interessante a incerteza estar tão presente entre os jovens universitários; população esta que faz parte de uma pequena parcela considera privilegiada. Essa posição hegemônica da incerteza, nessa população, é um indicativo de que toda a população está vivendo em um contexto extremamente estressante devido à incerteza. E os políticos brasileiros, continuam com um discurso de que o país está para sair da condição de subdesenvolvimento nos próximos anos; o que é incoerente com a realidade pesquisada. Mas, é coerente com um país que quer seu povo submisso e passivo. A incerteza torna a vida num jogo sem regras. É somente em uma sociedade sem regras que se torna natural superfaturar obras sem que haja nenhuma consequência para esse ato. Vide relato do sujeito 19 sobre as contradições identificadas na sociedade brasileira é o seguinte:

Leis que em vez de proteger e/ou punir o cidadão brasileiro e de bem, protege, absorve e incita a criminalidade e a certeza da impunidade.

O atual governo era a esperança de que os rumos sociais e políticos do país iriam mudar para melhor. Isso também pode ser uma das explicações para a falta de esperança tão marcante dentre as respostas. O pessimismo e incerteza estão presentes, até o momento; pois somente no conteúdo de um ou dois sujeitos, surgiram elementos diretos que indicam a vontade de agir para mudar essa realidade.

Outra tendência que surgiu foi a **educação como instrumento unicamente de mobilidade social**. O sujeito 20 responde que seus estudos exercem o seguinte papel em seu projeto de vida: *garantia crescimento pessoal e profissional*. Somente um ou outro sujeito reivindica uma educação de qualidade e esta não surge como um instrumento para alcançar o

sucesso profissional e, conseqüentemente o social. Assim se expressa o sujeito de número 15 a um complemento de frase: sempre quis *entrar na academia para mudar o que percebo de errado*. Ele percebe que a educação oferecida precisa ser mudada. A resposta dada pelo sujeito 16 à pergunta sobre o papel dos estudos em seu projeto de vida é muito interessante:

De mudanças sociais, políticas, econômicas e, principalmente da mudança do perfil do psicólogo, este que sempre atendeu a burguesia e se constitui profissionalmente para atendê-los, deixando de lado uma grande margem da nossa população, favorecendo, exatamente, a diferença de classes de nosso país.

Ele fala da própria posição do psicólogo dentro da sociedade brasileira, que fecha os olhos para os problemas sociais e se coloca como um profissional apolítico. Como se fosse possível alguém vivo ser apolítico. Ou seja, o sujeito de número 16 fala de uma condição de não sujeito existente no profissional da psicologia no Brasil. Assim sendo, como alguém cuja condição não é a de sujeito pode levar outro a ser sujeito. Logo, o psicólogo somente pode atuar para auxiliar a classe dominante; portanto, auxiliar o Estado, a fazer com que todos os inconformados e adoecidos, pela condição de excluído, se conforme e aceite essa condição.

A **religiosidade** surge também como uma tendência que permeia toda a subjetividade social do brasileiro. O sujeito 19 ao responder sobre quais eram as contradições que identificava na sociedade brasileira atual declara:

A questão da interferência religiosa na política. Verifico que a grande maioria não é adepta ou praticante do catolicismo, por exemplo, no entanto, além de se dizerem católicos, os ensinamentos bíblicos interferem em decisões políticas.

O poder político é justificado pelo princípio religioso de respeito o estabelecido. Assim como a pobreza e a riqueza são vistas como dom de Deus, dessa forma, a população não percebe a desigualdade social como algo a ser combatido. A sociedade não tem clareza sobre como se deu a colonização do Brasil. Essa incapacidade ou recusa de entender o que está sendo vivido hoje, como sociedade, é muito justificado pela religião através do pecado. Esse doutrinação religioso é uma forma de apropriação do sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo, pela forma como se trabalhou com os universitários, conseguimos visualizar muitas questões interessantes para o problema inicialmente proposto. Entre elas salientamos algumas mais relevantes como a valoração da educação unicamente como meio de alcançar a estabilidade econômica; fato que faz parte da cultura brasileira. Até mesmo nas propagandas, das instituições de ensino, veiculadas na mídia, para atrair clientela, é feito o uso desse sentido subjetivo da educação. Esse sentido subjetivo é ainda reforçado pelo modelo americano; em vários relatos, sobre os Estados Unidos, a situação socioeconômica deste, surge como o ideal para o Brasil. O individualismo surge também de maneira direta ou indireta na maioria dos relatos. Até mesmo o conhecido ‘jeitinho’ do brasileiro é uma confirmação dessa característica individualista. O outro somente é importante se for parte do ‘grupo de dentro’. O individualismo marca a impossibilidade de mudança, uma vez que a produção de sentido é uma prática social e é nos grupos sociais onde reside o poder. Mesmo aqueles que possuem uma visão mais crítica da situação mantêm uma expectativa de vida individualista, sem nenhuma preocupação com o social.

Surge a subordinação ao imediatismo que tem o apoio da mídia. Esta possui enorme influencia sobre a maioria da população brasileira; aliás, essa construção envolve a mídia, a educação, a cidadania, o consumo, a maneira de lidar com o poder e conseqüentemente a política. O brasileiro de forma geral foi avaliado pelos jovens como passivo e complacente, mas esses, também se incluem nessa avaliação. Não há realmente, nos relatos, da maioria, nenhum envolvimento com o político e o social.

A visão pessimista de futuro surge indicando ser uma das conseqüências da corrupção e insegurança que assola o país. Juntamente com estas, há o temor presente nos universitários, decorrente da injustiça, que em alguns relatos, aparece como sinônimo de desigualdade social. O resultado disso tudo é o declínio da vida social. Ficou evidente que há uma espécie de amnésia social assim como ocorre a naturalização da incerteza, da corrupção e da desigualdade social.

A religiosidade também está presente na forma como lidam com o político e o social. O poder político é justificado pelo princípio religioso de respeito ao estabelecido. O próprio paternalismo, existente nas relações assimétricas, corrente no Brasil remete ao religioso: Deus autoritário e benévolo ao mesmo tempo para com os homens.

Acreditamos ser de grande importância que passemos a tomar conhecimento sobre as mudanças necessárias para a formação de atitudes políticas e sociais no brasileiro. A compreensão dos processos subjetivos relacionados às questões sociopolíticas é de fundamental importância para o fortalecimento da cidadania e conseqüentemente para o país como nação. Uma grande falha dos intelectuais brasileiros que se debruçam sobre vários temas sociais é justamente desprezar a compreensão dessa reflexão; tão importante para se compreender a evidência dos rumos da democracia brasileira.

É importante ressaltar aqui, que a escolha de um grupo de universitários para o estudo se deu exatamente por ser esta população, parte de uma minoria que possui acesso à educação formal e, portanto a todo tipo de informação. Possuem uma situação sócio-econômica que os possibilitam a dar continuidade aos estudos e conseqüente acesso às leituras, pesquisas e reflexões sobre as questões políticas e sociais do país. Não queremos dizer com isso, que o restante da população não tenha nenhum tipo de informação e em decorrência possua menor consciência política. Acredito ser a educação informal um instrumento de fundamental importância para a formação do sujeito, pois ela se inicia muito antes da educação formal e ainda não possui instrumentos repressores. Entretanto, até pela forma como a educação formal se estrutura, esta possui mais credibilidade junto à sociedade.

Ao longo desse estudo, tornou-se claro que a maioria dos universitários brasileiros não possui comprometimento político e social. A visão política e social, dos universitários está de acordo com a cultura dentro da qual se desenvolveram. Eles desconhecem que os processos a nível social não são desvinculados dos sujeitos que compõem esse social; mas é parte dele. Cada vez que ele recusa a se comprometer com o social e o político, está cumprindo exatamente com o que a classe dominante determinou para ele: uma sociedade sem espaço para a subjetividade.

O estudo evidenciou que o individualismo e a postura apolítica, da maioria dos universitários do grupo, não deriva de uma profunda reflexão, mas dessa estreita visão política e social. A classe média, origem da grande maioria dos universitários, se encaixa exatamente dentro dos ideais burgueses de família.

A forma de governo existente hoje no Brasil está em perfeita conformidade com o grau de maturidade do povo. Esse precisa urgentemente sair desse estado de infantilismo no qual se encontra. A estrutura social brasileira tem vivido em uma alternância de submissão - Colônia e Império: escravismo; República Velha: servidão; Estado Novo: ditadura varguista; Período revolucionário de 1964: ditadura militar; Nova República: ditadura neoliberal. Nesse estudo ficou evidente que o jovem brasileiro possui as informações, porém, não consegue

articulá-las. A inexistência das articulações mitiga as ações. O sentido subjetivo que possui cada informação isolada não conduz à produção de ações sociais pelo universitário brasileiro. Informação e articulação têm a capacidade de produzir ação livre de alienação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Brasil, potencia mundial em 2020?** Disponível em < <http://paulomre.blogspot.com/2005/12/82-brasil-potencia-mundial-em-2020.html> > Acesso em 02 set. 2007.

ARANDT, Hannah. **O que é política?** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ARISTÓTELES. **Textos escolhidos**. (Coleção: Os pensadores). Nova Cultural Ltda. São Paulo, 1999.

BARBOSA, Livia. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci**: e o conceito de sociedade civil. 2. ed. São Paulo: Ed. Paz e terra, 1999.

BRUCKNER, Pascal. Filhos e vítimas: o tempo da inocência. In: MORIN, Edgar; PRIGOGINE, Ilka e outros autores. **A sociedade em busca de valores**: para fugir à alternativa entre o cpticismo e o dogmatismo. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. p. 51-62.

CALVEZ, Jean-Yves. **Política: uma introdução**. Série Fundamentos. Trad. Sonia Goldfeder. São Paulo: Ática. 1997.

CAMPOS, Rosana Soares. Participação – um ponto de equilíbrio na balança social brasileira. **Comunicação e política** – Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos. Rio de Janeiro; v. 22, n 3, p. 79-90, set/dez. 2004.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 10 ed. Campinas. São Paulo: Papyrus, 2004.

CHALITA, Gabriel Benedito Issaac. **O poder**. São Paulo: Saraiva, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. 6. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.

_____. **Política em Espinosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

CRUANHAES, Maria Cristina dos Santos. **Cidadania educação e exclusão social**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2000.

CUNHA, Luiz A O Público e o privado na educação superior brasileira: fronteira em movimento? In: TRINDADE, Hégio (org.). **Universidade em ruínas**: na república dos professores. 3. ed. Petrópolis: Vozes/Rio Grande do Sul: CIPEDDES, 2001. p. 39-56.

DAMATTA, Roberto. Sem culpa e sem vergonha. **Veja**. São Paulo; Ed. Abril, ed. 2021. v. 40 n. 32. p. 76-77, ago. 2007.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1981.

NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA. Vários colaboradores. Vol. 2. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações, 2000.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. v 1. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Globo, 1977.

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus Editora, 1966.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIORI, Ernani Maria. **Educação e política**. Textos escolhidos. v. 2. Porto alegre: L & PM, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1999.

GARNICA, Antonio V. M. Algumas notas da pesquisa qualitativa e fenomenologia. **Interface** – comunicação, saúde e educação/ núcleo de comunicação da Fundação UNI, v.1, n. 1. Botucatu, São Paulo: Fundação UNI, p. 109-122, 1997.

GOERGEN, Pedro. Universidade e responsabilidade social. In: LOMBARDI, José Claudinei (org.). **Temas de pesquisa em educação**. Campinas: Ed. Autores Associados, p. 2003.

GONZALEZ REY, Fernando. **Personalidade, saúde e modo de vida**. Tradução por Flor Maria Vidaurre L. Silva. São Paulo: Pioneira Thompson, 2004.

_____. Fernando (org.). **Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia**. São Paulo: Pioneira Thompson, 2005.

_____. **Sujeito e subjetividade**: uma aproximação histórico-cultural. Tradução por Raquel Souza Lobo Guzzo. São Paulo: Pioneira Thompson, 2005a.

_____. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. Tradução por Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Pioneira Thompson, 2005b.

_____. **Pesquisa qualitativa em psicologia**: caminhos e desafios. Tradução por Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Pioneira Thompson, 2005c.

GUIMARÃES, Aquiles Côrtes. **Pequena introdução à filosofia política**: a questão dos fundamentos. 2. ed. Rio de janeiro: Lúmen Júris, 2000.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão!** 3. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

HUME, David. **Textos escolhidos**. (Coleção: Os pensadores). Ed. Nova Cultural Ltda. São Paulo, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

_____. **Raízes do Brasil**. 16. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1983.

HOUTART, François. **Religião e modos de produção pré-capitalistas**. Tradução por Álvaro Cunha. São Paulo: Ed. Paulinas, 1982.

_____. **Mercado e religião**. Tradução por Cláudia Berliner e Renata Cordeiro. São Paulo: Cortez, 2002.

IBGE. Diretoria de pesquisas, coordenação de trabalho e rendimento, pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003. Comunicação Social na página principal do site do IBGE. Disponível em
<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=961&id_pagina=1>. Acesso em 02 Set 2007.

ILLICH, Ivan. **Sociedades sem escolas**. Tradução por Lucia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1973.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). **As Representações Sociais**. Tradução por Lílian Ulup. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

KRUGER, Helmuth. Liderança, crenças e poder social. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Rio de Janeiro: Imago, v. 48 n. 1 p.20-30, jan./março.1996.

LA BOÉTIE, Etienne. **Discurso da servidão voluntária**. Tradução por Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LANE, Silvia T M. Consciência / alienação: ideologia no nível individual. In: LANE, Silvia T. M.; GODO, Wanderley (Orgs.) **Psicologia Social: o homem em movimento**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEBRUN, Gerard. **O que é poder**. (Coleção: Primeiros Passos). Tradução por Renato Janine Ribeiro e Silvia Lara. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LEERS, Bernardino. **Jeito brasileiro e norma absoluta**. Petrópolis: Vozes, 1982.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. 5. Ed. São Paulo: Ed. Ática, 1992.

LIPMAN-BLUMEN, Jean. Por que toleramos maus líderes? Incerteza extraordinária, ansiedade e sentido. In: BENNIS, Warren; SPREITZER, Gretchen M; CUNMINGS, Thomas G. **O futuro da liderança**. São Paulo: Futura, 2001.

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é política**. 16. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

MAFFESOLI, Michel. **A transformação do político**: a tribalização do mundo. Tradução por Juremir Machado da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MAMELUQUE, Leopoldo. **Privatização**: modernismo e ideologia. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1995.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. Tradução por Giasone Rebuá. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1969.

MEDEIROS, Maria Alice de Aguiar. **O elogio da dominação**: relendo casa grande & senzala. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

MENIN, M. Suzana de Stefano. Cidadania e adolescentes: uma investigação sobre as representações de lei em estudantes de escolas públicas e particulares. In: SANTOS, Gislene Aparecida dos (Org.) **Universidade formação cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 99-109.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998.

MITJÁNS, Albertina. A Teoria da Subjetividade de Gonzalez Rey: Uma expressão do paradigma da complexidade na psicologia. In: GONZALEZ REY, Fernando (org.). **Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia**. São Paulo: Pioneira Thompson, 2005, p. 1-25.

MORAIS, Regis de. **Cultura brasileira e educação**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1989.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução por Eloá Jacobina. 8. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar; MOTTA, Raúl e CIURANA, Êmilio-Roger. **Educar para a era planetária**. Lisboa: Ed. Horizontes Pedagógicos. Instituto Piaget, 2004.

MORHY, Lauro. Universidade ontem e hoje... e amanhã? **UnB Revista**, ano 1, n. 4 dez. 2001. Disponível em < http://www.revista.unb.br/palavra_reitoria.asp > Acesso em 30 de set. 2007.

MOSCA, Gaetano. **História das doutrinas políticas**: desde a antiguidade. Tradução por Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Tradução por Pedrinho A Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003.

NORONHA, Eduardo G. Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Ed. EDUSC. v. 18 n. 53. p 111-129, Out. 2003.

OCAMPO, José Antonio. **Equidade, desenvolvimento e cidadania**. CEPAL. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

OLIVEIRA, Pedro A Ribeiro. **Religião e dominação de classe**: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.

PASTORE, José; SILVA, Nelson do Valle. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Makron Books, 2000.

REZENDE, Maria José de. **A transição como forma de dominação política**: o Brasil na era da abertura 1980-1984. Londrina: Ed. UEL, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. **Os brasileiros**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Formação educacional: instrumento de acesso à cidadania? In: SANTOS, Gislene A (org.) **Universidade formação cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **Religião e classes populares**. Petrópolis: Vozes, 1980.

ROSENN, Keith S. DOWNES, Richard (orgs.) **Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor**. Tradução por Roberto Grey. Rio de Janeiro: FGV editora, 2000.

RUSSEL, Bertrand. **Ética e política na sociedade humana**. Tradução por Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nação Inventada. **Revista Nossa História**. São Paulo; ano 1 n. 6, p. 98, abr. 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SPINK, Mary Jane e MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary Jane (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SPRANGER, Eduard. **Formas de vida: psicologia entendida como ciência do espírito e ética da personalidade**. Tradução por Guido A de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: ed. Oficina de Livros, 1990.

SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SROUR, Robert Henry. **Classes, regimes, ideologias**. 2. ed. Série Fundamentos. São Paulo: Ática, 1990.

SOUZA, Jessé de. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. In: SOUZA, Jessé de (org.). **O Malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília: ed. UnB, 1999.

TAVARES, Maria da Conceição. **Retrato do Brasil: da monarquia ao Estado Militar**. v. 4 – depoimentos – São Paulo: ed. Política, 1984.

TRINDADE, Héglio. As universidades frente à estratégia do governo. In: TRINDADE, Héglio (org.). **Universidade em ruínas: na república dos professores**. 3. ed. Petrópolis: Vozes/ Rio Grande do Sul: CIPEDDES, 2001. p. 27-37.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. Tradução por Gentil Avelino Tilton. 3. Ed. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

VERGOTE, Antoine. A psicanálise à prova da sublimação. In: PAIVA, Geraldo José e outros autores. **Entre necessidade e desejo**: diálogos da psicologia com a religião. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução por M. Irene de Q. F. Szmrecsányi. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 1989.

WERNECK, Vera Rudge. **A ideologia na educação**: um estudo sobre a interferência da ideologia no processo educativo. Petrópolis: Vozes, 1984.

ZEBRAL FILHO, Silvério T Baeta. **Globalização, desemprego e desigualdades**: evidências, mitos e desafios do mercado de trabalho brasileiro. Brasília: CRUB, 1997.

APÊNDICE

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, abaixo assinado, autorizo o UniCEUB, por intermédio do(a)s aluno(a)s, Lucinéia Ribeiro de Abreu Chaves devidamente assistid(o)as pela seu(ua) orientador(a) Fernando Gonzalez Rey, a desenvolver a pesquisa abaixo descrita: 1-Título da Pesquisa: Subjetividade política no Brasil: um estudo com jovens universitários.

2-Objetivo: Analisar como a política brasileira tem refletido sobre o universitário e quais são suas perspectivas quanto ao futuro político do Brasil uma vez que eles são os futuros intelectuais e legisladores do país.

3-Descrição de procedimentos:

Discussão sobre o tema em grupo focal e ao encerrar a discussão será apresentada a pesquisa e solicitado que quem quiser poderá participar respondendo a um questionário sobre o tema discutido.

4-Desconfortos e riscos esperados: Nenhum. Fui devidamente informado dos riscos acima descritos e de qualquer risco não descrito, não previsível, porém que possa ocorrer em decorrência da pesquisa será de inteira responsabilidade dos pesquisadores.

5-Benefícios esperados: Maior esclarecimento e consciência sobre a participação de todos nas questões políticas que independente de nossa vontade interferem nas nossas vidas.

6-Informações: Os participantes têm a garantia que receberão respostas a qualquer pergunta e esclarecimento de qualquer dúvida quanto aos assuntos relacionados à pesquisa. Também os pesquisadores supracitados assumem o compromisso de proporcionar informações atualizadas obtidas durante a realização do estudo.

7-Retirada do consentimento: O voluntário tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, não acarretando nenhum dano ao voluntário.

8-Aspecto Legal: Elaborado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos atende à Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde - Brasília – DF.

9-Confiabilidade: Os voluntários terão direito à privacidade. A identidade (nomes e sobrenomes) do participante não será divulgada. Porém os voluntários assinarão o termo de consentimento para que os resultados obtidos possam ser apresentados em congressos e publicações.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, telefone para o Comitê de Ética em Pesquisa do UniCEUB.

Brasília, ____ de ____ de 2007.

Assinatura do Voluntário

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO

- 1 – Como você avalia o atual cidadão brasileiro? Que aspectos da situação social aparecem, de forma indireta, na representação desse brasileiro atual?
- 2 – Como se imagina nosso país dentro de quinze anos?
- 3 – Como você representa os Estados Unidos?
- 4 – Que opinião você tem dos norte-americanos?
- 5 – Como você se imagina dentro de 15 anos?
- 6 – Quais são as contradições que você identifica na atual sociedade brasileira?
- 7 – Como você percebe nosso país em relação a outros países da América Latina?
- 8 – Que você considera indispensável para o bom funcionamento da sociedade brasileira?
- 9 – Quais são seus principais temores?
- 10 – Que papel exercem seus estudos em seu projeto de vida?
- 11 – Como você deseja ser no futuro?
- 12 – Como você avalia seus pais?
- 13 – Você admira alguém de forma particular?

Complemento de frases

Desejo:

Amar:

Esforço-me diariamente:

Sempre quis:

Meu maior prazer: